

Rafael Gravina de Barros

**O conceito de Paisagem nos livros didáticos da 5^a
série do Ensino Fundamental**

Viçosa
2007

Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
DAH – Departamento de Artes e Humanidades
Curso: Geografia

**O conceito de Paisagem nos livros didáticos da 5^a
série do Ensino Fundamental**

Monografia apresentada à disciplina
GEO 481- Monografia e Seminário -
como exigência parcial para conclusão
do Curso de Bacharel em Geografia.
Orientador: Eduardo José Pereira Maia.

Viçosa
2007

Monografia defendida e aprovada em 12 de Dezembro de 2007, pela banca examinadora:

Prof: Eduardo José Pereira Maia
Departamento de Artes e Humanidades

Prof^a: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
Departamento de Artes e Humanidades

Prof: Edson Soares Fialho
Departamento de Artes e humanidades

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pai, mãe, e minha irmã pela força e garra que sempre me proporcionaram.

Aos meus professores, desde a alfabetização até a graduação, pela profissionalidade e eficiência.

Em especial a professora Isabel, pelas palavras amigas nas horas difíceis.

Aos meus amigos que deixei em minha cidade, e os que fiz aqui, pela dedicação, ajuda nos momentos mais difíceis e pelas alegrias proporcionadas nos momentos mais felizes.

A minha turma da GEO 2003, pela fraternidade e companheirismo durante esses cinco anos de graduação.

A minha república, que se tornou com o passar dos anos minha segunda família. Pessoas que pude contar e poderei sempre na minha caminhada.

A república Sholora, que participou ativamente das minhas conquistas.

Em especial a madrinha Zezé, minha segunda mãe e zeladora.

A Laryssa minha eterna namorada e companheira.

A minha avó Quiquinha (in memoriam), dedico esta monografia.

E a Deus por todas as coisas boas que Ele me proporcionou.

Enfim, Viçosa é parte da nossa vida, e é como um ciclo, que começa e termina um dia, sem que a gente talvez esteja preparado para o “novo”. Mas, o que vem pela frente pode ser algo melhor, porém, nunca superará os anos vividos intensamente em Viçosa.

Lista de Figuras

Figura 1 – pintura dos Jardins Suspensos da Babilônia	14
Figura 2 – Pintura de Nicolas Poussin – “Pastores da Arcádia”	15
Figura 3 – Pintura de Salvatore Rosa – “Gotto with cascades”	16
Figura 4 – Pintura de Nicolas Antoine Taunay – “Vista do morro de São Pedro” ..	19

Sumário

Resumo	
Apresentação	
Introdução	09
1. Paisagem e Geografia: da pré-história às abordagens do século XX.....	12
2. Livros didáticos, conceito de Paisagem e ensino de Geografia.....	39
3. Metodologia	49
4. Análise/Interpretação dos livros didáticos.....	53
4.1 Abordagens do conceito de Paisagem nos textos didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental	53
4.1.1 Construindo o espaço: construindo o espaço humano	53
4.1.2 Geografia: Espaço geográfico e fenômenos naturais	56
4.1.3 Trilhas da Geografia: a geografia no dia-a-dia	59
4.2 Conceito de paisagem, noções comparativas e análise dos dados	61
5. Considerações Finais.....	67
Bibliografia	
Anexos	

Resumo

O conceito de Paisagem e sua “evolução” na história do pensamento geográfico nos mostra neste trabalho a presente valorização desse conceito passando pela sua decadência e novamente voltando a um momento de renovação de sua abordagem. A geografia Clássica, principalmente a de Ratzel e La Blache caracterizam esse conceito, embora de maneira diferente. Ratzel trabalha com a idéia de que a paisagem é representada pelo distanciamento dos elementos naturais e humanos e La Blache os aproxima estudando o caráter humano por sobre o meio. Com o advento da Escola de Berkeley, nos EUA, a paisagem é enaltecida, principalmente por Sauer, que trabalha com a idéia de sociedade e cultura para estudar a paisagem. Posteriormente na Geografia Humanística, há uma retomada do estudo da paisagem na Nova Geografia Cultural, tendo como alguns expoentes, Berque, Cosgrove, Claval entre outros, e que fazem críticas à Geografia Cultural Tradicional, porém, continuam a desenvolver esse conceito trabalhando com a idéia de representações e signos impregnados na paisagem pela ação coletiva dos homens (sociedade). Os livros didáticos que foram analisados nesse trabalho serviram como subsídio teórico para a efetivação das nossas conclusões. Todos os livros trabalham com o conceito de paisagem, principalmente com a idéia de Milton Santos, representante da Geografia Crítica. A paisagem é trabalhada como representação visível do espaço geográfico, incluindo as coisas que estão em movimento como as pessoas, carros, cores, porém, retirando as relações sociais desta paisagem, o que se tornaria espaço geográfico. As abordagens são um pouco diferentes, mas guiam-se na mesma direção. O conceito de paisagem é dividido em natural e cultural pela maioria dos autores dos livros, além do caráter transtemporal que todos os autores trabalham, ou seja, a paisagem é um processo cumulativo, onde se encontram elementos do passado e do presente.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, conceito de paisagem, espaço geográfico e livros didáticos.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, intitulado “O conceito de paisagem nos livros da 5ª série do Ensino Fundamental”, possui inicialmente a introdução, em que colocamos nossas justificativas, nossos objetivos e anseios de resultados para com esta pesquisa. Após a introdução esse, está dividido em outros cinco capítulos, sendo o conteúdo principal de cada um, o seguinte: no capítulo um iremos abordar o conceito de paisagem desde os seus primórdios até as concepções atuais. Esse capítulo constitui-se em uma revisão bibliográfica sobre o conceito de paisagem na Geografia. No capítulo dois, a revisão bibliográfica continua, porém, relacionada à ideologia e uso dos livros didáticos em relação aos conceitos de geografia, principalmente o de paisagem. No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia utilizada para a construção deste trabalho, etapa por etapa. No capítulo quatro, que está dividido em duas partes, primeiramente foi feita uma análise do conceito de paisagem nos textos didáticos selecionados, e posteriormente foi realizado um confronto entre a análise feita anteriormente e as concepções de outros autores que são: Sauer (1925), Dolfuss (1973) e Santos (2004). No capítulo cinco, foram apontadas algumas conclusões e as considerações finais sobre esta discussão, porém não o fim da mesma. E por fim, seguem as notas e a bibliografia utilizada.

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica desde muito tempo levanta questões e respostas para com os processos humanizadores da natureza. Os conceitos geográficos (paisagem, território, espaço geográfico, região e etc), assim como a própria geograficidade - a transformação do espaço geográfico pelas ações humanas, ou seja, resultado das relações do Homem com a Terra - permeiam a eminente preocupação da Geografia com a realidade presente e suas respectivas transformações.

A paisagem, desde os primórdios, pode nos mostrar o quão importante são os seres humanos e a natureza perante a dialética passado/presente, que permeia esse conceito. Porém, esse termo foi bastante confundido com outros durante grande parte da nossa história, até se incorporar na ciência geográfica do século XVIII. A partir de então, a paisagem, enquanto parte da ciência geográfica, se tornou um dos centros de discussão na Academia; primeiramente na Alemanha e posteriormente na França, que adotaram esse conceito, embora de maneira diferente, contribuindo para sua discussão e constante (re)formulação.

Mas foi a Geografia Cultural, discutida principalmente por Carl Sauer, geógrafo norte-americano – que escreveu “Morfologia da Paisagem” – que aderiu esse conceito, destacando sua interdependência à cultura, em função do tempo e do espaço geográfico. No entanto, as discussões por sobre esse conceito foram e ainda são debates sem fim entre autores como Cosgrove, Berque, Sauer, Haesbaert, Rosendahl, Corrêa, entre outros. E essas discussões contribuíram bastante para com a construção deste presente trabalho.

Nesse sentido, nosso tema de trabalho propõe a análise da abordagem do conceito de paisagem em livros didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental. Por conseguinte, esse trabalho tem como seu objetivo principal verificar como o conceito

de paisagem aparece nas temáticas dos livros didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental.

O problema dessa pesquisa pretende buscar entendimento no conceito de paisagem que os livros didáticos trazem. Assim, a questão que pretendemos seguir será a forma pela qual o conceito de paisagem é abordado pelos livros didáticos selecionados. A variável será o próprio conceito que poderá mudar de acordo com a análise de outros livros didáticos e seus respectivos autores.

Outros objetivos de caráter mais específicos a serem buscados são: a identificação de como o conceito de paisagem é apresentado pelos livros didáticos selecionados; a análise desse conceito na perspectiva de cada autor; e a comparação da abordagem dos livros didáticos com outros autores (teóricos que tratam do conceito de paisagem).

Essa dúvida surgiu no momento que a prática docente pode nos mostrar às dificuldades que os alunos da 5ª série do Ensino Fundamental possuem em assimilar alguns conceitos de geografia, em especial o conceito de paisagem.

As justificativas para a escolha do conceito de paisagem foram principalmente pelo fato da sua importância como intermediador das relações humanas e naturais; da dialética passado/ presente, que está centrada nesse conceito; para a contribuição, de alguma forma, com mais uma reflexão dos textos didáticos e o uso do conceito de paisagem; da dificuldade encontrada pelos alunos em assimilar esse conceito; e também para servir como subsídio a outros estudos sobre paisagem e livros didáticos, partindo do pressuposto que essa discussão ainda é muito refletida e analisada pelos acadêmicos de geografia e contribuir para com as discussões desse conceito perante o ensino dessa disciplina.

Este trabalho irá analisar o conceito de paisagem em alguns autores da geografia, além do confronto e análise desse sob a ótica dos livros didáticos

escolhidos. Assim poderemos saber as diferenças e/ou semelhanças das abordagens desse conceito nos livros didáticos selecionados.

Cabe ressaltar que a análise dos livros didáticos somente foi submetida ao conceito de paisagem, temas afins, e autores selecionados. Por isso, o foco deste trabalho está centrado somente em três autores e seus respectivos livros didáticos, além dos teóricos voltados para o conceito de paisagem. A escolha de apenas três livros didáticos se dá em função de serem, segundo o Ministério da Educação, livros recomendados pelo PNLD (Guia de Livros Didáticos), que tem como objetivo analisar algumas Coleções a fim de propor para os professores das escolas públicas brasileiras um guia de escolha de livros didáticos, de acordo com cada série e nível.

1. PAISAGEM E GEOGRAFIA: DA PRÉ-HISTÓRIA ÀS ABORDAGENS DO SÉCULO XX.

Mesmo antes da geografia se tornar uma disciplina científica, o conceito de paisagem já era utilizado pelos povos da antiguidade e pelos artistas de maneira ainda subentendida. Segundo Holzer (1999, In: ROSENDAHL & CORREA) a geografia só se instituiu enquanto ciência no século XVIII. Neste sentido, o termo paisagem passou por diversas concepções em diversas épocas da história mundial até chegar aos dias atuais.

Desde a Antigüidade, podia-se perceber o uso do termo paisagem em função do conhecimento da realidade, ou seja, era necessário o conhecimento das realidades políticas, ambientais, sócio-econômicas para entender e dialogar com a paisagem. Neste sentido, segundo Maximiano (2004) desde o Império Egípcio, passando pela Mesopotâmia, Roma, até a Idade Média o conceito de paisagem estava sempre presente na organização espacial, representado, às vezes, pelo uso e ocupação do solo (plantio de alimentos no Egito), pelos jardins monumentais da Europa, parques públicos romanos e outros.

Mas Schier (2003), que vai além, propõe que na verdade o estudo, ou melhor, o termo “paisagem” surge muito antes, desde a criação do nosso planeta Terra. “Entende-se que a paisagem, na sua materialidade surge juntamente com a formação do nosso planeta, podendo ser estudada desde a pré-história” (SCHIER, 2003. p. 81). Neste sentido, o homem desde a sua existência produz e (re)produz a paisagem imbuindo-a com suas ações e relações em uma evolução histórica (dialética passado/presente) até os dias atuais.

Partindo desse pressuposto, se a paisagem surge antes mesmo do ser humano, sua complexidade vai além e seu estudo requer um embasamento teórico aprofundado. Em contrapartida, até quase o século XX, seu estudo era para poucos e

o conceito, embora usado e reproduzido pela sociedade, não era cientificamente pesquisado.

Antes dos pintores e seus respectivos quadros, a arte de construir jardins foi por muito tempo na Europa, e em países do Oriente como a China, muito importante para com o tratamento da paisagem. A diferença era que na Antigüidade Ocidental o antropomorfismo fazia parte das representações paisagísticas, enquanto na Oriental a natureza era marcada pelo cosmocentrismo, segundo Maximiano (2004). Isso nos leva a refletir o porquê da diferença de abordagens da paisagem numa mesma época. Isso acontece pelo fato da cultura influenciar muito, pois na Antigüidade Oriental a natureza e os aspectos culturais sempre estiveram lado a lado em função da reflexão do vivido, enquanto na Europa (centro econômico e comercial do mundo) o Homem se achava em um estágio superior ao da natureza, a qual não era vista como um organismo vivo, e sim representativo e passível de descrições. Neste caso, o homem assumia formas de Deuses e de elementos da natureza.

Os Jardins estavam carregados de ideologia e segundo Cosgrove (1984) apud Claval () esses jardins buscavam legitimar áreas. Um exemplo é Os Jardins Suspensos da Babilônia, que foi uma oferenda do rei Nabucodonosor¹ à sua mulher preferida, Amitis. Essa obra foi durante muito tempo considerada uma das sete maravilhas do mundo antigo, e representava a hegemonia do Império da Babilônia.

¹ filho e sucessor do Rei Nabopolassar, e governou durante 43 anos o Império Neo-babilônico, entre 604 a.C. a 562 a.C. Ficou famoso pela conquista do Reino de Judá e pela destruição de Jerusalém e seu Templo em 587 a.C., além de suas monumentais construções na cidade da Babilônia: entre elas, os Jardins Suspensos da Babilônia, que ficaram conhecidos como uma das sete maravilhas do mundo antigo.



Figura 1: Jardins Suspensos da Babilônia

Fonte: <http://galeria.blogs.sapo.pt/arquivo/Jardins_suspensos_da_Babilonia.jpg>

Acesso em: 30 de novembro de 2007, 15:20

Mas, a partir do século XV é que o homem confirma a passividade da natureza para apropriação e transformação. É neste momento também que o homem se distancia da natureza idealizada pela Igreja Católica (criacionismo²), o que gera mudança ideológica da paisagem como uma referência espacial, que deve ser observada (vista), e a coloca em um contexto cultural e discursivo. Isso acontece segundo Schier (2003) “(...) primeiramente nos discursos das artes e pouco depois nas abordagens científicas que rompem com a idéia da Idade Média de que o mundo inteiro seja criação de Deus, e por isso santificado e indecifrável”.

Uma outra contribuição, se não uma das maiores foi a dos pintores renascentistas. Foi através deles que a noção de paisagem se disseminou pelo mundo. As pessoas compravam quadros que retratavam paisagens de certos lugares. Esses

² Teoria que explica a origem dos seres vivos por criação. Ela é contrária a chamada evolução espontânea (evolucionismo).

quadros retratavam geralmente apenas as formas agradáveis, ou seja, aquelas idealizadas pela classe dominante, o que mais tarde foi denominada de Paisagem das classes dominantes, em detrimento das mazelas sócio-econômicas que assolavam a Europa durante o renascimento (centro comercial e cultural do mundo).

Alguns pintores como Nicolas Poussin³ (1594 – 1665), francês, nascido na Normandia e Salvatore Rosa⁴ (1615 – 1673), italiano, nascido na cidade de Arenella, promoveram, segundo Gröning (2004), através de seus quadros as formas de paisagem que as pessoas da época queriam e gostavam de apreciar. Paisagens que reproduziam a vida da classe abastada, o que ideologicamente influenciava as demais classes que viviam no mundo Ocidental. As principais obras desses autores em função do tratamento da paisagem foram: “Pastores da Arcádia” e *Grotto with Cascades* respectivamente.



³ Nicolas Poussin, pintor francês do período barroco, nasceu perto de Les Andelys, na Normandia, em 1594. Poussin foi contemporâneo de Simon Vouet (1590-1694), que iniciou em Paris a rigorosa tradição da pintura barroca francesa. Tendo vivido em Roma praticamente toda a sua vida, Poussin foi o mais importante pintor francês da escola de Roma.

⁴ Rosa foi votado desde cedo à vida eclesiástica, mas provou-se deveras indomável para tal. Com um tio, ainda criança, aprendeu a desenhar, mas sua vida errática o levou a engrossar um dos bandos de salteadores que então infestavam o sul da Itália. Descoberto casualmente por artistas como Lanfranco e Falcone, passou logo a receber encomendas de Roma. Suas paisagens montanhosas – repletas de ossadas, criminosos e grutas – logo renderam-lhe prestígio, mas seu estilo cada vez mais se refinaria, revelando símbolos e temas clássicos aprendidos em sua meteórica incursão pelo seminário.

Figura 2: Pastores da Arcádia

Nicolas Poussin

Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolas_Poussin >

Acesso em: 8 de outubro de 2007, 19: 35

**Figura 3: Grotto with Cascades**

Salvatore Rosa

Fonte: < www.lewis-clark.org/content/pa_srosa.htm >

Acesso em: 8 de outubro de 2007, 20:39

Posteriormente, outros artistas, corroborando para com o distanciamento entre Ciência e Igreja, difundem a emergência da paisagem como fenômeno social, em detrimento das descrições as quais ela era submetida anteriormente. Segundo Meneses (1996) apud Schier (2003):

era necessário duas condições de caráter indispensável para que a paisagem aparecesse na percepção histórica e na imagem do Ocidente, sendo que a primeira é a laicização dos elementos naturais. Árvores, rochedos, rios, etc. não passavam de signos num mesmo espaço sagrado, até o início da época moderna. Por isso, se ocorriam tais elementos na iconografia medieval, de dominância

religiosa, não tinham em si qualquer valor próprio, mas deviam ser decodificados, por exemplo, segundo o interesse da bíblia. A segunda condição era a organização desses elementos naturais em um grupo autônomo e coerente. (MENESES, 1996 apud SCHIER, 2003 p. 82)

A Geografia, neste sentido, passa a ser representada pelo conhecimento efetivo das paisagens do planeta Terra. Mas, com a transição do Feudalismo para o Capitalismo, segundo Moraes (2005), o conhecimento da dimensão e da forma real dos continentes passa a ser a base para a idéia de conjunto terrestre.

É a partir de então, que a sociedade (burguesia comercial) do fim do século XVIII e início do século XIX, juntamente com o surgimento do Estado-Nação (principalmente o Alemão) europeu, redefine a paisagem num discurso novo, e, contudo, meramente científico. Era o surgimento da paisagem como categoria de estudo.

Todas as condições materiais para a sistematização da Geografia são forjadas no processo de avanço e domínio das relações capitalistas. Dizem respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, subjacente à emergência do novo modo de produção. Entretanto existe uma outra classe de pressupostos, a dos referidos à evolução do pensamento. Estes se substantivavam no movimento ideológico, engendrado pelo processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo. (MORAES, 2005, P.53).

Outro fator que levou à representação da paisagem no mundo ocidental, foram às viagens descritivas em busca do “novo”. Essas expedições, assim como eram chamadas, visitaram boa parte do “Novo Mundo” (regiões pouco habitadas descobertas após as grandes navegações) a fim de investigar e conhecer estas áreas. As expedições locais (que aconteceram na própria Europa) na verdade foram também muito importantes, pois elas trouxeram, através principalmente de Montaigne e

Albrecht Dürer, a sociedade ocidental (européia) para mais perto da natureza. Assim, segundo Maximiano (2004) “(...) há uma importância nestes acontecimentos porque ocorreram em uma sociedade ocidental até então culturalmente afastada da natureza”.

No Brasil, com a Expedição Francesa que chegou à Baía de Guanabara em 1816, inaugura-se o trabalho com o gênero de paisagem. Nicolas Taunay⁵ e Jean Baptiste Debret⁶ fizeram parte dessa inauguração. Posteriormente, em outras expedições chegadas ao Brasil, outros artistas fizeram novas representações das nossas paisagens em quadros e livros. Uma das mais importantes é a obra de Nicolas Taunay chamada Vista do Morro de São Pedro, que enalteceram as paisagens do Rio de Janeiro principalmente.

⁵ Taunay inicia estudos de pintura em 1768, com François Bernard Lépicié, e depois estuda com Nicolas Guy Brenet e Francisco Casanova. Chega ao Rio de Janeiro em 1816 e torna-se pintor pensionista do Reino. Integra o grupo de pintores fundadores da Academia Imperial de Belas Artes, Aiba, e em 1820 é nomeado professor da cadeira de pintura de paisagem da Academia. No ano seguinte, após desentendimentos surgidos pela nomeação do pintor português Henrique José da Silva para a direção da Aiba, retorna à França.

⁶ Iniciou sua vida profissional em Paris, sob a influência de **Jacques-Louis David**. Integrando a Missão chefiada por Lebreton, ficou no Brasil entre 1816 e 1831, dedicando-se à pintura e ao magistério artístico. Em suas telas retratou não apenas a paisagem, mas sobretudo a sociedade brasileira, não esquecendo de destacar a forte presença dos escravos. Foi iniciativa sua a realização da primeira exposição de arte no país, em 1829. De volta à França (1831) publicou *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839), documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX. Uma de suas obras serviu como base para definir as cores e formas geométricas da atual bandeira republicana, adotada em 19 de novembro de 1889.



Figura 4: Vista do morro de São Pedro – RJ

Nicolas Antoine Taunay

Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolas-Antoine_Taunay>

Segundo Claval (2001), o surgimento do termo paisagem (*lndskip*) data do século XV e tinha como fundamento teórico inicial a aplicação a pedaços da natureza e os personagens teriam um papel apenas secundário nessa relação. A paisagem estava vinculada ao que se podia ver da janela, como se fosse um retrato.

Posteriormente, em séculos ulteriores, o conceito de paisagem começou a ser tratado cientificamente. Segundo Moraes (2005), na Geografia Acadêmica Clássica ou Geografia Tradicional⁷, os primeiros autores a tratarem do conceito de paisagem

⁷ A Geografia Tradicional nasce com os naturalistas e viajantes do século XIX, se desenvolve com as sociedades geográficas européias, as explorações militares, experiências de viagem e as necessidades de colonização do expansionismo europeu. Além deste aspecto prático, a Geografia Tradicional teve seu desenvolvimento relacionado com o seu surgimento como disciplina universitária. Este período se caracteriza pela metodologia de cunho positivista, influenciada diretamente por “[...] alguns princípios de ordem geral como o uniformitarismo, a teoria evolucionista, os métodos descritivos, comparativos e as generalizações empíricas [...]” (RODRIGUES, 2001, p.71). A base do conhecimento era a observação, a comparação e a busca de síntese através de leis gerais, buscando relações entre os elementos da paisagem, o que rendeu diversas correntes e interpretações dentro das escolas nacionais. Outra fonte fundamental deste pensamento geográfico é a Filosofia Natural alemã do século XIX, onde o geógrafo estava intimamente ligado ao *Zeitgeist* (espírito do tempo), concepção de origem romântica e baseada numa “visão cosmológica” da natureza, como sublinha Monteiro (2001 a, p.2).

foram Alexander Von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel⁸. Segundo Moraes (2005), Humboldt, de formação naturalista, realizou muitas viagens em busca de sintetizar e descrever todos os componentes da paisagem. Sua principal obra, *Cosmos*, trata da mensuração das variadas características terrestres, mas buscando contemplar a paisagem de forma estética. Isso era realizado idealizando e ideologizando a paisagem.

Segundo Schier (2003), estes autores utilizaram o conceito de paisagem para designar as descrições de diversas regiões do mundo. Com o termo *landshaft*, que significava paisagem, discutiram uma maior abrangência deste e uma maior complexidade a partir da qual a ciência acadêmica reformulou e o transformou em paisagem geográfica.

Segundo Myanaki (2003):

A geografia firma-se como ciência organizada principalmente a partir dos trabalhos de intelectuais alemães, como Ritter e Humboldt. E é do alemão que vem o termo *landschaft*, um vocábulo medieval, mais antigo que *paysage* e que significa natureza como evento visual, total e unido, uma associação entre sítio e habitantes. Portanto um termo mais abrangente e complexo e a partir do qual a ciência acadêmica formulou o conceito de paisagem geográfica, que até o início do século XX esteve no centro das investigações geográficas e chegou a ser considerado o objeto da geografia. (MYANAKI, 2003)

Ritter, de formação bem diferenciada à de Humboldt, pois era Filósofo e Historiador, tem em seu trabalho uma proposta metodológica para a Geografia enquanto ciência. Esse autor estudou os “arranjos individuais” e comparou-os.

⁸ notável por ter cunhado o termo *Lebensraum* (*espaço vital*) e por ser considerado um determinista, apesar de deixar bem claro no início da sua obra *Antropogeografia* que é contra o determinismo simplista e vários autores já apontaram esse equívoco de interpretação nas leituras ratzelianas, porém esses erros persistem em obras pouco apuradas. Friedrich Ratzel vai ser responsável por novas formulações no processo de sistematização da Geografia.

Possuía também uma tradição em relação à religião, o que tornou suas obras muito arraigadas à criação divina dos elementos. Sua principal obra, denominada *Geografia Comparada*, reforça a idéia de análise empírica. (MORAES, 2005)

Humboldt e Ritter compõem a Geografia Tradicional, segundo Moraes (2005), e a partir deles o pensamento Geográfico passa a possuir uma linearidade, contudo, as formulações destes autores foram muito importantes para a sistematização da ciência geográfica.

Nesta época, a descrição das diversas paisagens eram feitas com dificuldade em um primeiro momento, pela falta de vocabulário descritivo e posteriormente as “aquarelas” passaram a enriquecer essas descrições das paisagens, principalmente relativas à natureza.

Em contrapartida, Friederich Ratzel, que viveu um pouco depois que os autores citados acima, promoveu um projeto imperial bastante agressivo, em busca da legitimação do território e a busca tardia por outros.

Esse autor utilizou o conceito de paisagem baseado na antropogenia, ou seja, considerando a paisagem como a dialética entre os elementos naturais e humanos. Para ele, o objeto geográfico era o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

Friederich Ratzel, diferentemente de Humboldt, utilizou o conceito de paisagem em uma forma antropogênica, demonstrando que ela é o resultado do distanciamento do espírito humano do seu meio natural. Desta forma descreve uma dialética entre os elementos fixos da paisagem natural, como os solos, os rios, etc., com os elementos móveis, em geral humanos. (SCHIER, 2003. P. 82).

Ratzel, ao publicar em 1882 seu livro, *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*, funda a geografia Humana, mesmo que com a perspectiva natural forte que este autor continha em sua formação e discurso. Assim a natureza aparece como elemento de determinação. Para ele, “(...) a natureza

influenciaria a própria constituição social (...) a natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a”. (MORAES, 2005, p.69).

Ainda, segundo Claval (2004):

Assim, os geógrafos que se voltam para a geografia humana não procuram explicar a distribuição dos homens, as formas de habitat e as utilizações do solo pelo jogo de forças sociais ou de mecanismos econômicos. Eles se interrogam sobre a influência que o meio exerce sobre os indivíduos e grupos, e procuram medir as transformações que a atividade humana desencadeia no meio ambiente. (CLAVAL, , p.21)

Outro autor, contemporâneo de Ratzel, foi Paul Vidal de La Blache⁹. Esse autor francês postulou sua teoria em função dos atritos entre seu país e a Alemanha, ainda Prússia, que disputavam o controle da hegemonia Européia, ou seja, baseado no diálogo entre si e Ratzel. Uma das maiores críticas de Vidal a Ratzel foi em função da minimização do homem, o ser humano aparecia como passivo nas teoria de Ratzel. (MORAES, 2005).

É neste momento que a paisagem ganha um foco mais substancial, pois o objeto da Geografia para Vidal de La Blache, baseou-se na relação Homem-natureza, na perspectiva da paisagem (MORAES, 2005). Assim, o homem deixa de ser passivo

⁹ geógrafo francês nascido em Pézenas, Hérault, considerado o fundador da *geografia francesa moderna* e da corrente francesa de geografia humana. Estudou história e geografia na École Normale Supérieure, em Paris, e ensinou por três anos na Grécia. Após várias viagens pelo mundo retornou à França, para ser professor da École Normale (1877-1898). Fundou e editou a revista *Annales de Géographie* (1891), ainda hoje o mais importante periódico de geografia da França. Assumiu o cargo de professor de geografia na Sorbonne (1898-1918), onde trabalhou até o fim da vida, morrendo em Tamaris-sur-Mer, Var. Defendia uma geografia regional baseada no intensivo estudo de regiões fisicamente pequenas definidas como os *cantões da França*, e do inter-relacionamento das pessoas com o seu ambiente. Pregou uma teoria de que estudos de partes isoladas da Terra não têm importância, e que existiria um contínuo jogo de ação, reação e interação entre grupos humanos e seus ambientes naturais. Considerado o expoente máximo da geografia francesa, autor de um *Atlas générale*, do primeiro volume da *Histoire de France* (1903), de Ernest Lavisse, do póstumo *Tableau de géographie humaine* (1921), além de criador do *Possibilismo Geográfico*.

e insere no meio transformando-o e sendo transformado, embora seja pela necessidade.

Neste sentido, Gomes (1996) traz essa breve citação de La Blache, “Em relação à cultura que transforma a natureza, afirmou que é preciso partir da idéia de que uma região é um reservatório onde a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem...” (LA BLACHE apud GOMES, 1996, p. 203).

La Blache, que ficou conhecido como o pai da Geografia Possibilista Francesa, nesse trecho citado acima, coloca o Homem como o transformador da paisagem, mas não deixa de mencionar que os aspectos pelos quais são transformados foram depósitos da natureza, pois o homem é considerado por ele como um hóspede antigo e se adaptou ao meio de acordo com as necessidades requeridas, e totalmente dependentes do homem e o homem dependente deles.

La Blache também cunhou o termo “gênero de vida”, pois para ele os gêneros de vida “exprimiam uma situação de equilíbrio entre população e recursos naturais. Uma paisagem geográfica enquadraria, na verdade, a área de ocorrência de uma forma de vida” (CORRÊA, 1991). Assim a paisagem ganhou um foco mais apurado nesta perspectiva possibilista da Geografia francesa.

Mas, a geografia Humana de La Blache, que foi concebida como o estudo da paisagem, não está centrada efetivamente na sociedade, pois discute a relação homem natureza e não a relação homem-homem. (MORAES, 2005). Além disso, em alguns momentos, o conceito de paisagem confunde-se com o de “região”. Porém, o conceito de paisagem é atrelado à visão de unicidade – um fenômeno que ocorre uma só vez, sem se repetir; enquanto a região seria a expressão espacial da ocorrência de uma mesma paisagem geográfica. (CORRÊA, 1991).

Mais tarde, a geografia passou a ter em seu cerne a descrição como método para alcançar o objeto de estudo geográfico. Eram utilizados cadernos de anotações

para descrever e transcrever a paisagem, desvinculando da idéia de autores como La Blache e Ratzel.

Assim,

Esta organização do conhecimento é comum na época e se observa entre muitos autores, como coloca HOLT-JENSEN (1988, p. 34) (...) a geografia alemã das primeiras quatro décadas do século XX foi dominada por pensadores neokantianos como Hettner, que baseou sua epistemologia na idéia de Immanuel Kant de ciências nomotéticas e idiográficas. Muitos geógrafos da época mostram um pensar fortemente influenciado pela geografia alemã e vêem na paisagem um conjunto regional, passando as delimitações entre geografia física e humana. (Schier, 2003, p.83).

O método regional focalizava assim o estudo de áreas erigindo não uma relação causal ou paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia. Um dos expoentes dessa corrente foi Hartshorne, que promoveu o conceito de região em detrimento do de paisagem. Para Hartshorne, o cerne da geografia é regional que, como vimos, busca a integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Esses fenômenos apresentam um significado geográfico, isto é, contribuem para a diferenciação de áreas. (CORRÊA, 1991).

Essa formulação supracitada remonta-nos à idéia formulada anteriormente por Hettner sobre a geografia corológica, que segundo Sauer (1998) é a “ciência das regiões”, em que os elementos da paisagem se encontram integrados sobre uma dada área de forma heterogênea.

Por essa razão suas teorizações foram à busca de um terceiro caminho para a análise geográfica, que não fosse o Determinismo e o do Possibilismo. Hettner vai propor a Geografia como a ciência que estuda a ‘diferenciação de áreas’, isto é, a que visa explicar ‘por que’ e ‘em que’ diferem as porções da superfície terrestre; diferença esta que para ele, é apreendida ao nível do próprio senso comum.

Para Hettner, o caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da particular forma de inter-relação dos fenômenos aí existentes. A geografia seria então o estudo dessas formas de inter-relação dos elementos, no espaço terrestre. (MORAES, 2005, p.96).

Por volta de 1930, duas novas escolas surgiram nos EUA, uma voltada para a Antropologia e a outra voltada para a Sociologia e Economia. Neste sentido, a Escola Geográfica Norte-Americana também possui sua contribuição para com o conceito de paisagem. Representada por Carl Sauer, a Geografia Cultural Clássica, aquela baseada nas premissas da Antropologia promove a separação entre paisagem natural e paisagem cultural, pois explicita que é o homem que atua como sujeito da ação da natureza (SCHIER, 2003) e que será discutido posteriormente.

A Escola de Berkeley foi a escola que caracterizou melhor a Geografia Cultural norte-americana. Sauer foi seu maior expoente e teve na “cultura” a sua explicação para os fenômenos naturais e humanos por sobre a Terra. Esse autor se baseou no historicismo rejeitando o Determinismo Ambiental ao qual fora submetido em sua formação enquanto geógrafo.

Segundo Corrêa (2001) existem algumas características comuns entre o historicismo e ao pensamento de Sauer que devem ser mencionadas. Sauer e alguns de seus discípulos se baseavam na descrição, comparação, indução, subjetividade, relativismo metodológico, ênfase no passado, contemplação, apreciação estética, entre outras, que vão de encontro ao positivismo determinista e lógico (teóricos-quantitativos) ao materialismo histórico e dialético da Geografia Crítica, corroborando para com as premissas de uma reformulação metodológica em busca da Nova Geografia cultural.

Nesta mesma época, Carl Sauer - geógrafo norte-americano - em seu livro “A morfologia da paisagem” vem contestar a geografia determinista dos alemães.

A paisagem geográfica vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. (SAUER, In:CORRÊA & ZENY, 1998, p. 09).

Neste contexto, Sauer (In: CORRÊA & ROSENDAHL, 1998) define a paisagem como “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”, criando uma nova categoria para a geografia e destinando a paisagem como objeto de estudo da mesma: a geografia cultural.

Neste momento é que a Geografia Tradicional, como idéia de “ciência de síntese” acaba por fechar um ciclo da história do pensamento geográfico. Contudo, a Geografia Tradicional deixou uma ciência elaborada, com fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos, mesmo que equivocados, serviriam para as novas formulações e correntes da geografia.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a recuperação econômica européia, a Guerra Fria, o progresso técnico, e a expansão capitalista há uma necessidade do nascimento de uma nova corrente geográfica. Essa nova corrente critica a geografia hartshoriana adotando uma postura pragmática, ou seja, formula críticas ao método de estudo da Geografia Tradicional de caráter não-empírico. Por isso, considerada por Moraes (2005) como uma corrente de “renovação metodológica”.

Essa corrente procura leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais, ou seja, técnicas avançadas, modelos estatísticos, geometria, emprego de princípios da economia burguesa e etc. Neste sentido, “adota uma postura pragmática que se associa à difusão do sistema de Planejamento do Estado capitalista, e o positivismo lógico como método de apreensão do real, assumindo assim pretensa neutralidade científica” (CORRÊA, 1991, p.18).

Entre 1930-1960 (Geografia Teorético-quantitativa), os estudos mais importantes sobre o conceito de paisagem vinham da ex-URSS, em que os autores a fim de gerir e resguardar o território, pelo fato de estarem em período entre guerras, desenvolveram o conceito de “geossistema”, vinculado à paisagem. Para Sotchava (1978) apud Maximiano (2004), o “geossistema” consiste em classes hierarquizadas do meio natural. Possui três escalas de grandeza: planetária, regional e topológica. A sua identificação parte de dois princípios: de homogeneidade e de diferenciação.

Paralelamente surge sob influência de Carl Troll e outros geógrafos da Europa Oriental a *Landschaftsökologie*, traduzida como “Ecologia da Paisagem”. Essa ficou ainda dividida em dois segmentos, um mais voltado para o estudo geográfico e outro para o estudo ecológico das relações humanas e naturais.

Metzger conceitua a paisagem de uma maneira mais abrangente e propõe que a mesma seja definida como “um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação” (Metzger, 2001, p.4)

Troll (1971) citado por Metzger (2001) define Ecologia da Paisagem (...) na perspectiva geográfica, como “a entidade visual e espacial total do espaço vivido pelo homem” enquanto Turner (1989) citado por Metzger (2001) define Ecologia da Paisagem sob a perspectiva ecológica como “(...) o estudo dos efeitos da estrutura espacial da paisagem sobre os processos ecológicos”. A diferença básica entre essas duas abordagens está em qual ótica se deve analisar os fatos, de um lado a visão geográfica corroborada pelas ciências sociais e, de outro lado, uma visão bio-ecológica, representada pela Ecologia.

Posteriormente, surge a geografia Crítica, por volta da década de 1970, em meio ao agravamento das tensões sociais, crise do desemprego, crise da habitação, problemas com questões raciais e etc. O materialismo histórico e a dialética marxista são os fundamentos dessa corrente, segundo Corrêa (1991). Essa corrente possui a

“intenção de participar de um processo de transformação da sociedade, além da contestação do pensamento dominante”.

O conceito de paisagem, assim como os franceses fizeram, perde espaço para o conceito de região e principalmente para o de espaço geográfico. Yves Lacoste foi o principal formulador da crítica à geografia Tradicional quando escreveu seu livro *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, que fazia críticas à geografia como instrumento de dominação da burguesia.

Um dos autores dessa corrente que mais trata do conceito de paisagem, mesmo que totalmente atrelado ao de espaço, é Olivier Dolfuss. Esse autor trabalha com a idéia de morfologia da paisagem, ou seja, o estudo da forma, em um primeiro momento, e depois a explicação da mesma. Característica marcante desta corrente geográfica. Para Dolfuss (1973), o geógrafo “estuda as modalidades de organização do espaço terrestre, assim como a distribuição das formas e das populações (no sentido de coleções de indivíduos) sobre a epiderme da Terra. Seu procedimento deriva de uma dialética entre a descrição e a explicação”.

Concomitantemente surge a Geografia Humanística, em que o conceito de paisagem vai ser retomado com uma discussão mais aprofundada e baseado no resgate da Geografia Cultural, antes desenvolvida na Geografia Tradicional por Carl Sauer, agora, pela Nova Geografia Cultural de Cosgrove entre outros. Assim, “essa perspectiva humanística defende a dimensão subjetiva e a experiência vivida pelo indivíduo e os grupos sociais” (CORRÊA & ROSENDAHL, 2002, p. 23).

Cosgrove foi um dos maiores expoentes dessa corrente mais atual da geografia, e traz novamente a geografia cultural vinculada ao conceito de paisagem, ou seja, declara que a paisagem se encontra intimamente ligada ao conceito de cultura. “(...) a paisagem aparece como um lugar simbólico. (...) Assim, a paisagem se faz através da criação de uma unidade visual onde o seu caráter é determinado pela organização de um sistema de significação” (COSGROVE, In: CORRÊA & ROSENDAHL, 1998)

Nesse sentido, a paisagem hoje, na visão de autores como Cosgrove, Berque, Holzer, Bobek, Schmithüsen entre outros, está relacionada diretamente com a geografia cultural. Ao mesmo tempo em que o homem transforma a matriz de sua existência, ela também o transforma, com a diferença que na paisagem fica impregnada/representada todo esse processo relacional entre homem/meio. Com isso, no decorrer da história do pensamento da geografia, este conceito esteve em voga por longo tempo, sendo considerado o objeto da geografia, ora sendo substituído pelo conceito de região.

Na década de 1980, com a retomada da geografia Cultural de caráter fenomenológico, faz-se uma crítica à lógica positivista. Os autores passam a trabalhar com uma matriz historicista, legado do Possibilismo.

A revalorização do conceito de paisagem acontece no sentido que as transformações culturais são analisadas da perspectiva social, ou seja, a sociedade como transformadora e impregnadora dos seus signos/representações gerando a paisagem.

Assim:

Contrariamente à geografia Crítica e Teorético-quantitativa, por outro lado, a geografia Humanística está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão à base de inteligibilidade do mundo real. (Gomes et. al., 2006, p.30).

Para discorrer sobre um conceito geográfico é necessário em um primeiro momento de uma grande investigação teórica sobre o mesmo, a fim de trazer os questionamentos e pensamentos de diversos autores sobre o assunto. Neste caso,

abordaremos as concepções da paisagem sobre a ótica de diversos autores, seus levantamentos e suas questões.

Inicialmente, o conceito de paisagem, é mostrado como uma categoria de estudo da geografia que não pode ser proposta sob a ótica de uma só abordagem. A complexidade deste conceito faz com que ele necessite de um estudo mais apurado e de caráter multidisciplinar.

Enquanto as abordagens positivistas e funcionalistas entendem a paisagem e os seus elementos como denotativos, em que cada elemento tem as suas funções e os seus significados claros, as perspectivas interpretativas são conotativas e, assim, são ambíguas na compreensão dos elementos paisagísticos. Neste contexto, cada dimensão hermenêutica da paisagem representa um entendimento específico desta e é válido apenas em um limitado campo discursivo. (SCHIER, 2003, p.85)

Primeiramente para Dardel (1990) apud Holzer (2001), “esta, uma categoria espacial multifacetada, que deve ser considerada em seu conjunto, ‘uma convergência’, um movimento vivido, uma ligação interna, uma impressão, que une todos os elementos”.

Neste sentido, segundo Dardel (1990) apud Schier (2003), a paisagem não é a essência, nem mesmo o que podemos ver e sim o processo de inserção do homem no mundo. Isso nos mostra a diferença de abordagem se compararmos com a de Milton Santos, que define o conceito de paisagem como “tudo que podemos abarcar com a visão” (SANTOS, 2001). Neste mesmo sentido, corroborando com as perspectivas de Santos (2001), Castillo (2002) apud Maximiano (2003) diz que a paisagem é a “materialidade congelada e parcial do espaço geográfico”.

Para Santos (1996), “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”. Isso significa que tudo que podemos abarcar com a nossa

visão mais a nossa percepção (cores, pessoas, som, etc) pode ser considerada paisagem. Por exemplo, numa cidade, a paisagem é considerada um instante das relações sociais, onde podemos encontrar elementos passados e presentes. Com isso, ainda, segundo Santos (1996), “a paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie demarca da história, das técnicas”.

Destarte, Claval (2004) também faz menção ao caráter dinâmico (mudança) que a paisagem possui, ratificando a idéia de Santos sobre o caráter cumulativo da paisagem, a qual pode conter características do passado e do presente.

Em muitos *openfields* antigos, o fim de velhas obrigações coletivas foi acelerado pela invenção do arame farpado ou da cerca eletrificada: os agricultores não modificaram as suas parcelas de terra. A paisagem é sempre a de um *openfield*, mas cada campo está separado dos outros por uma linha que é suficiente para evitar a intromissão do gado (...) Na paisagem ainda predominam os traçados herdados do *openfield*. A apreensão das realidades visíveis não nos ajuda a compreender como funciona realmente a economia rural da região. Ela nos ensina outra coisa: a existência, no passado, de um sistema de *openfield*. A paisagem torna-se documento arqueológico. (CLAVAL,2004, p.37-38)

A discussão entre a diferença de espaço geográfico e paisagem é basicamente de cunho epistemológico e mostra a fragilidade do conceito de paisagem perante sua análise sob diversas óticas. Existe uma variância entre o fato de que a paisagem é o que vemos (resultado das ações humanas na natureza) e o processo (inserção do Homem no mundo como agente cultural).

Para Sauer (1925) In: Correa & Rosendahl (1998) “a paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica” (...) “No sentido aqui empregado, a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais”. Mais uma vez podemos observar que Milton Santos confronta a

idéia de Sauer. Ambos trabalham com o conceito de paisagem corroborando a idéia de paisagem cultural, porém Santos (2004) passa a idéia de que a paisagem não possui esse caráter orgânico, pelo contrário. Assim:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O presidente Kenedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. (SANTOS, 2004, p.106).

Na citação acima, Santos (2004) diferencia paisagem de espaço geográfico pelo fato de que acabando as relações sociais nessa cidade que “perdeu” sua sociedade, o que restou seria somente a paisagem do momento em que tudo acabou, ou seja, a paisagem é a materialização de um instante.

Mas a paisagem tem uma peculiaridade muito interessante. Ela por muitas vezes é confundida ou percebida com outras categorias da geografia (espaço, território, lugar, região, etc.). Esse fato se tornou tão comum que hoje já se fala na existência de várias paisagens.

Para a esfera da geografia física já se percebe uma grande mudança ao se focar a problemática da paisagem, levando em conta o homem, muito embora possa aparecer de forma denotativa e funcional, enquanto para a geografia cultural, há um tempo, as paisagens são conotativas, cheias de valores subjetivos e relacionados às culturas. (SCHIER, 2003, p.85).

Mesmo havendo um consenso entre os geógrafos sobre as relações dentro da paisagem - aspectos físicos, biológicos e antrópicos – (MAXIMIANO, 2004, p.87), a geografia ainda possui aspectos tanto da Escola Alemã naturalista, com Ratzel e Humboldt, quanto da Escola Francesa Possibilista, de La Blache. Assim, sua custódia pela geografia é um fato. Porém sua construção enquanto conceito não está de todo acabada segundo Maximiano (2003).

Um dos pilares para a afirmação do Homem como agente cultural, foi o nascimento da Geografia Cultural, embasada por Sauer. Esse autor se espelhou na Biologia, através da ecologia vegetal, para chegar até a ecologia humana, e passar para a morfologia da paisagem, a qual ele intitula seu principal artigo sobre paisagem e cultura. Neste sentido, segundo Sauer (1925) In Corrêa e Rosendahl (1998), “A paisagem natural está sendo submetida a uma transformação nas mãos do homem, o último e para nós o fator morfológico mais importante. Por meio de suas culturas faz uso das formas naturais, em muitos casos alterando-as, em alguns as destruindo”.

Outra questão que deve ser mencionada é a diferenciação entre paisagem natural e paisagem cultural, às vezes chamada de paisagem humanizada.

Carl Sauer, em seu livro “A Morfologia da Paisagem”, publicado em 1925, trata dessa discussão. Para este autor, a paisagem natural serve como base inicial para que possamos estudar as ações humanas, como agentes culturais que somos no meio. Para isso, ele ilustra seu raciocínio através de um organograma. “(...) a paisagem cultural é modelada, a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado” (SAUER, In CORRÊA & ROSENDAHL, 1998, p.59).

Este esquema representa a paisagem natural sofrendo as ações de agentes culturais (antrópicos), através de duas variáveis – tempo e cultura – que ajudam nessa “transformação” de paisagem natural em paisagem cultural. Em contrapartida, podemos ver que apesar da paisagem natural ser de grande importância, são os agentes culturais que interagem na relação homem/meio e promovem essa

transformação, que nada mais é que o acúmulo de ações historicamente delineadas pela cultura. Neste sentido, o produto final desse processo é uma paisagem com características culturais diferentes e passível de transformação e (re)produção.

Podemos ainda refletir e/ou questionar que para que haja uma paisagem cultural, primeiramente é necessário que exista uma base natural para que seja transformada pelos agentes culturais (seres humanos) em paisagem humanizada ou cultural. “A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada” (SAUER. In: CORRÊA & ROSENDAHL, 1998, p.59).

Cosgrove (1998:98) chama a atenção para o conceito de paisagem e sua ligação forte com a cultura e a “idéia de formas visíveis sobre a face da terra”. Para ele a paisagem é um conceito complexo e está embasado em três pilares: “formas visíveis do espaço; unidade/coerência/racionalidade do meio ambiente; e a idéia da intervenção humana modelando o mundo”.

Neste sentido:

Assim, a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. (COSGROVE, 1998, p.99)

Desde a criação da Escola de Berkeley, nos EUA, Carl Sauer e a geografia da paisagem tiveram como foco o Homem transformando a face da Terra. Isso se dá pelo processo de inserção cultural que o Homem exerce sobre a natureza, segundo Cosgrove (1998). “Assim, a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”. (COSGROVE, 1998).

Na verdade o que Cosgrove discute é que um elemento natural após sofrer uma ação (seja qual for) praticada pelo ser humano torna-se um elemento cultural, mas que não perde seus elementos naturais, como, por exemplo, cor, peso, altura e etc; mas na verdade, foram acrescentados a ele atributos e valores culturais. Confirmando para com esta idéia, Berque (1998) apresenta suas premissas da existência de um “sujeito coletivo”, em que “uma sociedade, dotada de uma história e de um meio” (Berque, p.87) representa a paisagem natural e a paisagem cultural co-integradas, ou seja, a sociedade é ao mesmo tempo modificadora e modificada pelas suas próprias ações.

Bertrand (2004), neste sentido, discute que o comportamento dinâmico da paisagem, isto é para analisar uma determinada paisagem, não se pode acolher cada componente da mesma e estudá-lo separadamente, pois a paisagem é complexa, dinâmica e instável. Considerando a paisagem como uma entidade global, admite-se implicitamente que os elementos que a constituem participam de uma dinâmica comum que não corresponde obrigatoriamente à evolução de cada um dentre eles tomados separadamente. (BERTRAND, 2004, p.148).

Cosgrove observa também a importância da escala para o entendimento de cada paisagem cultural. “Tem uma paisagem característica, observável em todas as escalas, desde o interior das casas ao arranjo de regiões inteiras” (COSGROVE, In: CORRÊA & ROSENDAHL, 1998). Nesta mesma perspectiva ele trata as paisagens culturais como tendo valores simbólicos, que podem ser percebidos desde as paisagens mais elaboradas até as paisagens nas quais o homem menos alterou com seu poder.

Assim, se a escala é de crucial importância para o entendimento das diversas paisagens existentes no mundo, a cartografia contribuiu muito para o avanço nas discussões sobre o que é paisagem. Principalmente na geografia física, a escala cartográfica é utilizada para levantamentos geomorfológicos, pedológicos, e fitogeográficos (BERTRAND, 2004, p.151). Para Dolfuss (1973), os mapas são

considerados como documentos, pois servem como subsídio para a descrição vertical das paisagens e possível explicação de elementos antes negligenciados.

A paisagem que era descrita pelos viajantes e pintores da Idade Média tinham um caráter apenas horizontal dos elementos. Claval também vê a importância do uso de escala, ou seja, a paisagem como categoria cartografável. Assim, segundo Claval (2004) “a partir do momento em que a paisagem é concebida como interface entre atmosfera e litosfera/hidrosfera, ou entre natureza e cultura, é grande a tentação – depois que a analisamos – de levar os resultados para um mapa. A visão geógrafo deixa de ser horizontal ou oblíqua. Ela se torna vertical”.

A escala cartográfica trouxe, segundo os autores supracitados, grandes avanços na percepção da paisagem, pois o geógrafo deixou de ver a paisagem de apenas um ângulo. Passou então a analisá-la de várias formas e elementos antes negligenciados, passam a fazer partes das novas análises, gerando novas conclusões.

A relação entre cultura e poder também estão diretamente ligadas à paisagem segundo Cosgrove (1998) e está representada principalmente pela divisão de classes existentes. Tal divisão gera também a divisão do trabalho. É neste momento que podemos perceber a cultura dominante se impondo na paisagem tornando-a símbolo único para todas as classes. Mas, Gröning (2004) apresenta sua questão ao conceito da paisagem de culturas dominantes, pois para ele “(...) enquanto o conceito de ‘paisagem’ não expressar também os interesses dos muitos e variados grupos sociais, o conceito me parece ser bastante questionável” (GRÖNING, 2004, p.17).

Ao contrapor a idéia de paisagem da cultura dominante e poder, Dardel (1990, p.54) apud Schier (2003, p. 85) adverte que “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”.

Ainda, nesta perspectiva, existem, segundo Cosgrove (1998), as paisagens alternativas, onde se encontram as culturas dominadas. Ainda, segundo Cosgrove

(1998), dentro das paisagens alternativas há as culturas residuais, emergentes e excluídas. As culturas residuais aparecem na paisagem de forma a relembrar alguma relação social vivida no passado e que não existe mais. As culturas emergentes desafiam a cultura dominante, disseminando sua própria geografia (lojas, serviços, etc). Enquanto a cultura excluída, é aquela negligenciada pelo estudo geográfico, como os tabus que ainda existem na nossa sociedade atual, e fica como desafio para o futuro.

Berque (1998), outro autor da Nova Geografia Cultural, vê a paisagem como marca e matriz, ou seja, ao mesmo tempo em que a paisagem é a representação de uma cultura impregnada ao espaço, também é matriz, pois participa do processo de humanização da mesma paisagem, de forma interdependente.

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também é uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam em um curto sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação. (BERQUE, 1998, p.84-85).

Ainda:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 1998, p.86).

Diante disso a paisagem na concepção da nova Geografia Cultural passa a ser vista como não mais objetiva, mas na maneira que essa realidade é percebida por aquele que a observa, carregada de sentidos, valores, e afetividades para aqueles que vivem nela ou a descobrem.

Pudemos perceber que os questionamentos sobre a paisagem são muitos e as formas de abordagem também. Mas percebemos também que a discussão sobre esse conceito, embora seja um dos mais antigos da ciência geográfica, está longe do seu fim. Mas o que temos certeza é que o homem em sua função transforma as paisagens da Terra e imprime as representações culturais, em forma de símbolos/valores no cotidiano das paisagens. Assim, essa paisagem conforme dizia Berque (1998), é ao mesmo tempo “forma e matriz”.

2. LIVROS DIDÁTICOS, CONCEITO DE PAISAGEM E ENSINO DE GEOGRAFIA

Os livros didáticos são responsáveis pela formação de opinião tanto entre os professores quanto aos alunos. Para isso, inicialmente daremos ênfase ao estudo das análises de conteúdo destes livros representados principalmente por Freitag et al, em seu livro: “O livro didático em questão”. Posteriormente, trataremos dos conceitos geográficos, em especial o de paisagem, tratado e/ou proposto pelos PCN¹⁰ de geografia do Ensino Fundamental.

Com efeito, o livro didático é para o aluno um documento, ou seja, um material escrito que pode ser usado como fonte de conteúdo para desenvolver o processo educacional, haja vista a sua fundamental utilização na prática dentro de sala de aula.

Para Freitag et. al. (1997), existem dois tipos de autores de livros didáticos. Em primeiro lugar, aqueles preocupados em analisar a fundamentação pedagógica, psicológica, lingüística e semiológica dos textos; e em segundo, aqueles com a intenção de revelar os valores, preconceitos e as concepções idealísticas contidas nos livros didáticos.

Neste sentido, os livros didáticos são carregados de ideologia que às vezes não conseguimos perceber, mas até mesmo sua capa, sua estrutura, e também os conteúdos podem trazer um direcionamento das idéias e discussões perante o ensino/aprendizagem.

¹⁰ Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – são referência de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal. O objetivo é proporcionar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e em um aescola que se aprenda mais e melhor.

Assim, segundo Freitag et. al. (1997) o primeiro grupo de autores caracterizados são “(...) autores interessados em uma melhor conceituação da didática dos livros-texto, da reflexão da metodologia de ensino e das teorias de aprendizado explícitas ou implícitas na organização do livro, sua fundamentação teórica e filosófica”.

Já sobre o segundo grupo de autores Freitag et. al. (1997) aponta:

As análises dedicadas a áreas específicas do saber (ciências naturais, biologia, matemática, história, português, etc) visando à denúncia do tratamento ideológico dos problemas bem como a certos temas específicos, como a imagem da mulher, a concepção de cidadania, apresentação da categoria do trabalho, a conceituação do cientista, etc. (FREITAG et. al, 1997, p.79).

A autora faz uma análise principalmente a esse segundo grupo de autores, que estão interessados primeiramente com o fato dos textos didáticos trazerem conteúdos da classe dominante. Criticam os preconceitos, as temáticas controversas e até ausentes, porém esquecem que a estrutura dos livros didáticos (capa, desenhos, figuras, tabelas) pode possuir um poder de dominação muito maior em relação aos alunos que os próprios textos didáticos. O fato é que, mesmo esses conteúdos que refletem a vida das classes mais abastadas podem ser tratados de maneira crítica dentro e fora de sala de aula. Para Freitag et. al. (1997) “Além dessas observações, seria importante lembrar aos críticos da ideologia do livro didático que, sendo a ideologia uma forma de apresentação distorcida do real, ela poderia constituir um excelente material para a melhor compreensão desse mesmo real, desde que devidamente interpretada”.

“O livro didático em questão”, faz uma crítica construtiva ao trabalho de Faria (1981) – autora apresentada nesse mesmo livro. O trabalho de Faria (1981) postula que o livro didático é um dos maiores percussores da ideologia da classe

dominante, gerando uma reprodução da classe operária, com o subsídio da ideologia burguesa, que é conformada e passiva perante esta situação.

Freitag et. al. (1997), critica o trabalho de Faria (1981), principalmente, pelo fato da pesquisadora partir do pressuposto que as crianças somente construíram a idéia de “trabalho”, tema de sua pesquisa, sob a premissa dos livros didáticos, esquecendo da vida “fora da escola” que essas crianças levam (rádio, tv, jornal, pais, catecismo e etc). Assim, podem assimilar este conceito de várias maneiras que não seja a do ambiente escolar.

Podemos notar que Freitag et. al. (1997) faz essa crítica para chamar a atenção que os textos didáticos podem, e são, representantes da dominação ideológica das pessoas que os utilizam, mas existem demais meios que podem difundir as premissas da classe dominante.

Com isso, os textos didáticos podem servir como base de críticas formuladas pelo professor, levando os alunos a construírem seu papel na sociedade. Assim, não adianta querer mudar a ideologia do livro didático de burguesa para operária/marginalizada, por exemplo, pois isso somente transferiria os problemas metodológicos da análise. Para Freitag et al (1997), o que devemos promover é “(...) e sim contribuir para a dissolução das próprias relações de produção que geram as classes, com suas respectivas ideologias” (p.96).

Um exemplo seria um texto didático que enaltecesse a paisagem de um condomínio fechado da cidade de São Paulo de forma ideologizada. Porém, os questionamentos sobre esta paisagem podem gerar uma crítica à segregação espacial. Porque casas tão caras e bonitas? Essas pessoas trabalham mais que os operários? Porque elas são mais ricas? Existe alguém que paga para as pessoas morarem neste condomínio? Essas pessoas vivem em quais condições?

Com sua pesquisa, Faria (1981) apud Freitag (1997), percebeu que as crianças carentes entrevistadas trazem consigo um discurso tão elitista/burguês quanto o das

crianças de classe média/alta. A partir disso, a autora coloca uma questão: será que o livro didático transmite esta visão e, portanto, estaria ele também contribuindo para o discurso burguês das crianças?

O livro didático, sem dúvidas, é o recurso com o qual o docente pode contar com maior facilidade em sua prática de sala de aula. Porém, uma preocupação à qual devemos nos submeter é a utilização deste recurso como fonte única na preparação e execução das aulas.

Diante disso, Vesentini (2003) discute o uso do livro didático, mas ressalta a preocupação do seu uso em excesso e embora seja o mesmo autor de livros, faz algumas críticas.

Ele (o livro didático) acaba assim tomando forma de critério do saber, fato que pode ser ilustrado pelo terrível cotidiano do ‘veja no livro’; ‘estude para a prova da página x até a página y’; ‘procure no livro’, etc. Entretanto nesses termos, o livro didático, apesar de não ser como querem alguns o grande culpado pelo autoritarismo e pela precariedade no ensino, acaba consubstanciando a forma visual e institucionalizada deste como saber completamente externo à prática educativa, e sendo meramente assimilado (mas não produzido) pelos alunos. Contudo, é possível manter uma outra relação com o livro didático. O professor pode e deve encarar o manual não como definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a seu serviço, a serviço de seus objetivos e propostas de trabalho. (VESENTINI, 2003, p.168-169).

Ratificando para com esta idéia, Fleury (1961) apud Freitag et. al. (1997) ressalta que “o livro didático é uma sugestão e não uma receita”. Neste sentido, o autor supracitado não concorda com a substituição do professor pelo livro didático, pois as funções deste é tornar acessível informação e recursos didáticos aos discentes, principalmente. Com isso, o livro didático pode ser trabalhado como recurso para

propor diálogos e até formulações de críticas, e não como receita, em que devemos seguir impreterivelmente todas as sugestões e ações propostas por ele. Caso isso aconteça, não haverá uma substituição do professor pelo livro didático como declara Fleury (1961).

Historicamente falando, o governo brasileiro desde o Império promove o processo de coesão educacional, ora de forma mais descentralizada, ora de forma mais centralizada, segundo Cury (1996). Esse processo acontece até os dias atuais em forma dos PCN, pois segundo Cury (1996) “pode-se dizer que um currículo nacional se cruza com uma função social do Estado, que é a de atender a um direito do cidadão que busca na educação escolar uma via de cidadania compartilhada”, ou seja, vem no momento que a educação escolar fundamental é entendida como direito do cidadão e dever do Estado.

Por vários momentos históricos, a educação se viu nas mãos do Estado como fonte ideológica oficial, ou seja, o Estado através da educação poderia efetivar sua soberania. Com o passar dos anos e as mudanças na Lei, a educação passou por momentos de alternância. Ora os estados e municípios tinham ampla liberdade na construção dos conteúdos curriculares, ora apenas o Governo Federal obtinha essa liberdade. Esses acontecimentos segundo Cury (1996) aconteceram em função das reações da sociedade x autoritarismo dos governos (exemplo, os militares e a ditadura).

Na Constituição de 1988, o MEC passa a assegurar as diretrizes curriculares, através da fixação de “conteúdos mínimos”, segundo Cury (1996). E foi no Governo Collor, passando pelo de Itamar que o Executivo volta a permear a discussão da LDB¹¹ (Lei de Diretrizes e Bases), que regulamenta a Educação.

¹¹ A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

O surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em busca de uma legitimação do poder “Executivo”, segundo Cury (1996), e criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente no ano de 1998, veio para orientar, após a lei 9394/96, o ensino, de acordo com as perspectivas do governo.

“A concepção pedagógica adotada por esse documento tem embasamento na concepção construtivista e aprendizagem e ensino, mas o caráter sintético da exposição dificulta, algumas vezes, a percepção de importantes implicações desse conhecimento”, Azanha (mimeo). Além disso, a proposta do ensino de geografia dos PCN está embasada na compreensão das diferentes sociedades e suas inter-relações com o meio ambiente, e também articulando os conceitos chaves que permeiam o saber geográfico.

Com isso, o “problema que hoje se coloca em face dos parâmetros é que a sociedade brasileira se ‘ocidentalizou’ muito nas últimas décadas. E o mesmo se pode dizer da educação escolar. O ensino fundamental está bem próximo da universalização quantitativa, o ensino público cresceu no âmbito do Ensino Médio e a expansão do Ensino Superior, sobretudo no interior da rede particular, foi muito expressiva, segundo Cury” (1996 p.15).

O principal objetivo dessa orientação (PCN de Geografia) seria a construção de um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionadas à geografia, permitindo aos alunos a observação da “Geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo; o estudo da natureza e sua importância para o homem; o campo e a cidade como formações sócio-espaciais; a cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo, e etc.” (PCN, 1998, p.53-54).

Todavia o medo é que os PCN podem chegar como imposição às salas de aula, e não como algo discutido e eventualmente a ser modificado ou substituído e assim legitimando cada vez mais o poder do Estado sobre a Educação.

Podemos perceber que os livros didáticos somente mudaram no papel. Eles (os livros didáticos) continuam possuindo as mesmas características veiculadas pelo Estado. Segundo Freitag et. al. (1997) “Isso nos defronta com a dura realidade de que os livros didáticos contemporâneos ainda estão sendo escritos, confeccionados, comprados, distribuídos e usados seguindo padrões que, do ponto de vista científico, já estão há muito ultrapassados.

Assim, “o documento de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos” (PCN de Geografia, 1998, p.15). Ainda, “acreditamos que trabalhar com o imaginário do aluno no estudo do espaço é facilitar a interlocução com ele e compreender o significado que as diferentes paisagens, lugares, e coisas têm para ele” (p.23).

Em relação ao conceito de paisagem, por exemplo, os PCN, ao apresentarem sua abordagem, propõem que a dinâmica da transformação da paisagem é muito mais importante que a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático. Contudo, os PCN estão criticando a geografia descritiva e teórico-quantitativa das décadas passadas.

(...) uma geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo, que trabalhe tanto as relações que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e territórios. Enfim, buscar explicar para compreender. (PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, 1998, p.24)

Na citação acima, podemos perceber a crítica feita sobre a geografia descritiva das paisagens, àquela centrada em nomes de afluentes de rios e capitais de países

desconhecidos. A crítica está explicitada, pelo fato de que não é necessário mais tratarmos da geografia como ciência idiográfica e numérica (teorético-quantitativa), com o intuito de descrever regiões, lugares e paisagens. É necessário que os textos didáticos tratem da dinâmica geográfica de forma crítica, abordando os conceitos geográficos de forma mais discursiva e questionadora.

Ainda, segundo Vesentini (2003), sobre os livros didáticos e a abordagem de conceitos na geografia tradicional, ou seja, descritiva:

A importante idéia de construção ou reprodução do espaço pela sociedade moderna acaba ficando completamente ausente, pois no fundo ela não tem lugar numa perspectiva que nunca vê a segunda natureza e muito menos o homem como ser político onde os projetos alternativos de grupos e classes, as contradições sociais e os conflitos e lutas, as oposições de fundo econômico, étnico, sexual, nacional ou regional fazem dessa abstração – homem – algo extremamente complexo e difícil de ser reduzido a uma idéia unívoca e eterna.(VESSENTINI, 2003, p. 169)

No texto, Vessentini (2003) reforça a idéia de que os livros didáticos mais tradicionais possuem uma postura muito voltada ao passado, em descrever lugares e paisagens sem entender o contexto e as relações dialéticas entre homem/meio. O que acontece é a simples dominação hegemônica de uma classe sobre outras.

No entanto, o estudo da paisagem não deve se restringir à mera constatação e descrição dos fenômenos que a constituem. Será de grande valia pedagógica explicar e compreender os processos de interação entre a sociedade e a natureza, situando-as em diferentes escalas parciais e temporais, comparando-as, e conferindo significados.

Dessa forma os PCN de Geografia tratam do conceito de paisagem de maneira a focar suas dinâmicas de transformações, além da (re)produção da mesma. Além

disso, o conceito de paisagem está totalmente vinculado a corrente Crítica da Geografia segundo o Guia de Livros didáticos¹² (MEC – PNLD, 2007):

Nesse sentido, a análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não simplesmente a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático. Isso requer a compreensão da dinâmica entre os processos sociais, físicos e biológicos inseridos em contextos particulares ou gerais. A preocupação básica é abranger os modos de produzir, de existir e de perceber os diferentes lugares e territórios como os fenômenos que constituem essas paisagens e interagem com a vida que os anima. Para tanto é preciso observar, buscar explicações para aquilo que, em determinado momento, permaneceu ou foi transformado, isto é, os elementos do passado e do presente que neles convivem. (PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, 1998, p.26-27).

No terceiro ciclo do Ensino fundamental (5ª e 6ª séries), de acordo com os PCN de Geografia, paisagem e espaço são duas categorias que estão intimamente ligadas e é a partir dessa ligação que promovem a introdução dos alunos nos espaços mundializados. Milton Santos (2004) em seu Livro “A Natureza do Espaço”, também concorda com essa inter-relação, mas discute a necessidade epistemológica da distinção entre ambos, para que não se confundam essas categorias. Segundo Santos (2004), a principal diferença entre elas é o caráter cumulativo temporal que a paisagem possui, em função do espaço como fato do presente.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é

¹² **Programa Nacional de Livros Didáticos - PNLD** é um programa do governo federal brasileiro, tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos e dicionários de língua portuguesa de qualidade para apoio ao processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. Desde do ano de 1996, a Secretaria de Educação Básica tem a responsabilidade de coordenar e avaliar o conteúdo das obras inscritas no PNLD, em parceria com universidades públicas .

sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. (SANTOS, 2004, p. 103).

Para Pereira (2003), as paisagens também vão se modificando em função do tempo e dos agentes que a constitui, ou seja, os seres humanos. Neste sentido, a sociedade causa modificações transtemporais a qual Santos (2004) menciona. Por isso, o papel da geografia no ensino básico segundo Pereira (2003, p.14) é: “o de proporcionar aos alunos os códigos que permitam decifrar a realidade por meio da espacialidade, ou seja, alfabetizar geograficamente”.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia proposta para este trabalho é de revisão teórica. Possui, então, caráter qualitativo, de cunho documental e se constitui principalmente em um processo de análise e descrição (BARROS & LEHFELD, 2003, p.33-35). Para isso, utilizamos algumas fases ou etapas durante o desenvolvimento da pesquisa, a fim de levantar dados, organizá-los; analisá-los e, contudo formular algumas considerações.

A primeira etapa refere-se à seleção bibliográfica sobre o conceito de paisagem e livros didáticos, desde o seu surgimento até as abordagens atuais de acordo com as principais correntes geográficas. Para tal, abrangeu o levantamento de teses, livros, artigos em relação à paisagem e livros didáticos.

Alguns livros foram selecionados: **Geografia e Ensino: textos críticos**, de José William Vesentini *et al* (2003); **A Natureza do espaço**, de Milton Santos (2004); **A análise geográfica**, de Olivier Dolfuss (1973); **Paisagem, Tempo e Cultura**, organizado pela Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa (1998) entre outros. Além disso, artigos como, **Considerações sobre o conceito de paisagem**, de Liz Abas Maximiano (2004); **Trajétórias do conceito de paisagem na geografia**, de Raul Alfredo Schier (2003), e **Análise e compreensão do conceito de paisagem em livros didáticos de geografia no Ensino Médio**, de Eunice Piccin e Meri Lourdes Bessi (2005), alunas da UFSM, **O controverso conceito de paisagem: uma experiência teórico-metodológica no Ensino de Geografia**, de Leandro Dias de Oliveira (2007); **Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico**, de Georges Bertrand (2004); **A questionabilidade do conceito de paisagem**, de Gert Gröning (2004); **O que é ecologia de paisagens**, de Jean Paul Metzger (2001), **Geografia: Pequena História Crítica**, de Antônio Carlos Robert Moraes (2005), **Metamorfoses do Espaço habitado** de Milton Santos (1996), entre outros foram selecionados para a leitura inicial deste trabalho.

Após essa seleção também foi feito um referencial teórico em relação às temáticas propostas – livros didáticos e conceito de paisagem – abordando várias perspectivas do conceito de paisagem, desde seu surgimento, até os dias atuais e também sobre o uso de livros didáticos como recurso ideológico no processo de ensino-aprendizagem.

Em um segundo momento, realizamos a seleção do material didático a ser analisado. Este material consiste em livros didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental e que estão indicados pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) para 2007 e também foram escolhidos em função dos autores e respectivas formações.

Os livros selecionados foram:

1. *Construindo o espaço: construindo o espaço humano (2007)*, este tem como autores, Igor Moreira, geógrafo que trabalha na rede superior de Ensino Privado como professor de Geografia Humana e Econômica e Elizabeth Auricchio, geógrafa, especialista em ensino, porém, esta trabalha na rede pública de Ensino de SP (Coordenadora Pedagógica da Prefeitura de São Paulo);

2. *Geografia: espaço geográfico e fenômenos naturais (2007)*, este livro tem como autor Hélio Carlos Garcia, professor de geografia do Sistema Anglo de Ensino e possuindo formação como economista pela PUC-SP;

3. *Trilhas da Geografia: a geografia no dia-a-dia (2007)*, este tem como autores, João Carlos Moreira, geógrafo graduado pela USP, especialista em geografia humana, e professor do Ensino Médio da rede particular, e Eustáquio de Sene, também geógrafo e graduado pela USP, especialização em geografia humana e também professor do Ensino Médio da rede particular;

Esses três livros didáticos foram avaliados pelo Governo Federal em função da realização do Guia de Livros Didáticos. Essa avaliação teve como responsável à instituição de ensino superior – Unesp – e por profissionais gabaritados para essa avaliação. Esses livros supracitados e as respectivas Coleções se encontram entre as “10 melhores” da disciplina de Geografia segundo este programa do Governo, e contam com os maiores índices de aprovação e venda pelos professores da rede pública brasileira. (MEC – PNLD, 2007, p.9)

Como podemos observar também, selecionamos um autor economista, mas que trabalha como docente de geografia e geógrafos da rede pública e rede particular de ensino variando em níveis de atuação (Fundamental, Médio e Superior). Essa escolha foi fundamentada principalmente para verificar a existência de divergências e diferenças nas abordagens do conceito em função da formação e prática docente desses autores.

No terceiro momento, procuramos explorar esse material selecionado da seguinte forma:

1. Pré-análise do material didático selecionado, fazendo uma leitura global dos assuntos e selecionando as partes que serão analisadas posteriormente;
2. Fazer um relato/síntese sobre a abordagem do conceito de paisagem proposto nas partes selecionadas de cada livro;
3. Análise dos recursos utilizados, como linguagem, exercícios, figuras nos textos didáticos.

Nessa terceira etapa, que é subdividida em três partes, na pré-análise fizemos uma seleção de vários textos nos livros didáticos que tratavam de alguma maneira o conceito de paisagem. Após essa seleção passamos para uma descrição sumária de

como cada autor aborda esse conceito e de que maneira ele coloca isso para seus alunos. Depois foi feita uma análise dessa abordagem refletida por cada autor, em que verificamos a linguagem (textual, poética, desenhos, etc) e os recursos (exercícios, fotos, textos complementares, etc) que ele utiliza para abordar o conceito de paisagem perante o processo de ensino/aprendizagem.

Na quarta etapa do nosso trabalho fizemos uma seleção de apenas três autores que abordam/questionam o conceito de paisagem, e que foram também abordados por nós no referencial teórico deste. Os autores foram Milton Santos (1996); Carl O. Sauer (1925) e Olivier Dolfuss (1973). Essa escolha se deu em função das abordagens diferenciadas que eles possuem sobre o conceito de paisagem.

A escolha de Santos se deu principalmente pelo fato de sua teoria ser amplamente utilizada nos livros didáticos, mesmo com seu discurso frágil sobre o conceito de paisagem, pois na verdade os livros usam do conceito de espaço geográfico para explicar o conceito de paisagem. Carl Sauer foi escolhido pelo fato da sua abordagem fenomenológica sobre o conceito de paisagem, que é um dos centros de discussões da Geografia Cultural. Em relação a Olivier Dolfuss, sua característica positivista, contudo, morfológica da paisagem, bastante voltada para a Corrente Tradicional da Geografia foi de crucial importância na sua seleção.

Depois de feita a seleção, mas ainda na quarta etapa do nosso trabalho, analisamos e/ou confrontamos as abordagens do conceito de paisagem em função dos três autores selecionados (cada qual com sua perspectiva sobre o conceito).

No quinto momento, e finalmente, realizamos a conclusão de todas as análises observadas e construídas, em confronto com a literatura estudada e discutida, a fim da confecção dos resultados e considerações finais.

4. ANÁLISE/INTERPRETAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS

4.1 – Abordagens do conceito de paisagem nos textos didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental

4.1.1 – LIVRO: Construindo o espaço: construindo o espaço humano.

Autores: Igor Moreira e Elizabeth Auricchio.

O conceito de paisagem é muito bem trabalhado, principalmente no primeiro capítulo desse livro, que tem como título “As paisagens da Terra”, juntamente com outros conceitos da geografia. Antes de iniciar a discussão os autores definem o conceito de paisagem colocando uma pequena passagem enfatizando a área urbana e suas características formadoras da paisagem, destacando seu papel de unidade visível do espaço. Segue abaixo a passagem:

Ao andar pelas ruas de uma cidade grande, vemos principalmente edifícios, avenidas, viadutos, automóveis, cartazes publicitários, muitas pessoas. Ouvimos os ruídos do trânsito, sentimos a poluição do ar. Quando nos afastamos das grandes cidades, vemos outras coisas: matas, plantações, pastos, animais de criação, grandes fazendas, chácaras e sítios. Tudo o que vemos em um lugar forma uma paisagem. (p.10)

Nesse trecho acima, os autores caracterizam a paisagem, como tudo o que podemos ver em um lugar, ou seja, no nível da nossa percepção, tudo o que nossos olhos alcançam é a paisagem.

Em primeira análise constatamos uma divisão feita pelos autores do conceito de paisagem em outros dois. Um referente à reunião de elementos naturais, por exemplo: (rios, lagos relevo, etc.) e outra referente à reunião de elementos criados pelo Homem, por exemplo, (casas, estradas, plantações, etc). Os autores designam o conjunto desses elementos como paisagem natural e paisagem cultural respectivamente.

Uma característica importante a ser mencionada é que na referência das figuras mostradas no decorrer do texto os autores usam a palavra vista e vista aérea, dando uma característica, novamente, mais visível para a paisagem.

Ainda, os autores colocam a importância e os problemas da ação humana sobre a natureza, colocando também que a ação de transformação do meio não pode ser considerada individualizada e sim praticada em conjunto, formando a Sociedade. Dessa maneira, os autores não tratam os elementos da paisagem como a Geografia Teorético-quantitativa, onde a população é estudada, e sim a sociedade como representante das relações sociais.

Assim, após promoverem, através de sugestão de atividades, uma discussão com os alunos sobre o que é paisagem, é realizada e explicitada uma conceituação deste termo. Para isso, eles colocam que a paisagem natural somada à paisagem cultural formam a paisagem geográfica (definição cunhada pelos autores) que é definido por eles: “Assim, dizemos que a paisagem geográfica é uma criação ou um produto do trabalho realizado pela sociedade”. (p.11).

Outra discussão levantada nesse texto didático é o aumento da influência humana na modificação das paisagens naturais, o que leva a crer que, antigamente a natureza (meio) possuía uma maior “dominação” por sobre o Homem e com o passar dos tempos o Homem é que passou a agir mais incisivamente “dominando” a natureza.

Outra questão levantada é a do inter-relacionamento dos elementos da paisagem, ou seja, segundo os autores existe uma relação de influência mútua entre os aspectos que compõem a paisagem. No entanto, elementos naturais e elementos humanizados vivem em repleta relação de troca formando um meio caracterizado pela sua heterogeneidade (sociedade/natureza).

“Isso quer dizer que as pessoas atuam sobre os elementos da paisagem e estes também podem atuar sobre elas”. (p.11)

E ainda, apontam a questão da transtemporalidade da paisagem, pois na mesma os elementos vão sobrepondo aos já existentes, formando um acúmulo de representações e transformações na matriz espacial gerando sempre paisagens diferentes. Para entendermos melhor leia a citação abaixo:

Como você viu, a paisagem é cada vez mais transformada pelo trabalho humano, porque novos elementos são criados sobrepondo-os aos anteriores ou substituindo-os. Compreender essas transformações significa entender como e por que elas acontecem, o que implica inclusive questionar o motivo das mudanças. (p.12)

Esse trecho citado acima difere da idéia de Cosgrove (1998), pois segundo ele não há uma substituição de elementos da paisagem, há sim uma sobreposição dos mesmos. O que acontece é que um elemento depois de sofrer as ações culturais se modifica e ganha novas características, porém não perde as anteriores.

Além disso, é mostrada também a relação que existe entre paisagem e espaço geográfico, onde o primeiro é tratado como parte visível do espaço e o segundo como a somatória da parte visível do espaço e a vida social que a anima (sociedade). Assim:

A paisagem em processo de transformação incluindo os motivos e formas de suas mudanças, constitui o que chamamos de espaço geográfico. O espaço geográfico é constituído da paisagem e da vida social que a anima e transforma. Podemos dizer então que a paisagem é uma “fotografia” e o espaço geográfico é a sucessão de fotos, ou melhor, é o “filme” do ambiente de vida do ser humano. (p.12)

A partir disso o autor propõe uma característica falsa de paisagem estática. Em contrapartida, ao espaço geográfico dá uma característica de movimento, com o intuito de diferenciar essas categorias de estudo geográfico tão parecidas. Ainda, o que diferencia na verdade a paisagem do espaço geográfica são as relações sociais que anima o meio.

4.1.2 – LIVRO: *Geografia: Espaço geográfico e fenômenos naturais.*

AUTOR: Hélio Carlos Garcia

Nesse livro o autor também começa já em seu primeiro capítulo a discussão sobre o conceito de paisagem geográfica. O capítulo é intitulado “Aprender Geografia” e nele é apresentado sucintamente os principais conceitos de geografia, como paisagem, lugar e espaço geográfico.

Segundo esse autor, tudo o que podemos ver em um dado momento pode ser considerado uma paisagem, sendo parte da mesma as coisas que estão em movimento, “*as pessoas, os ônibus, os animais, as carroças, etc.*” Neste sentido o

autor coloca os elementos da paisagem, como todos aqueles que estão parados ou movimentando, como casas, pessoas, carros, som, luz e etc.

Pois é, a paisagem está sempre se modificando! E essas mudanças podem ser mais ou menos velozes. Na cidade, é possível notar essas mudanças até de um dia para o outro! Uma nova construção, um açougue que se torna sapataria e muda sua placa, uma praça que é reformada e muito mais. (p.12)

O autor propõe um questionamento com os leitores, para que eles entendam que as mudanças ocorridas na paisagem a tornam dinâmica e não estática, e também que essas mudanças estão acontecendo em todos os momentos, podendo ser mais rápidas, como a queda de uma casa velha de uma noite para o dia, ou mais demoradas, como as mudanças no relevo de um determinado local. Assim, “*Mudam algumas coisas – novas construções são feitas, coisas que já existiam são reformadas, envelhecem, etc. – e outras continuam iguais*”. (p.15)

As figuras que são trabalhadas no livro se dão em função do velho e do novo, paisagens antigas e recentes de uma mesma área, apenas para demonstrar as modificações ocorridas em função das relações humanas e, contudo, culturais.

As necessidades do ser humano, segundo o autor, são determinantes na transformação da paisagem. A partir do momento que essas necessidades mudam, a paisagem passa também a sofrer com essas mudanças. Porém, essas mudanças não acontecem de maneira instantânea como em filmes e desenhos animados. Por isso, quando vamos estudar o conceito de paisagem, devemos levar em conta os elementos mais recentes e o acúmulo (soma de elementos) dos mesmos, impregnados na paisagem. A citação a seguir mostra a análise feita pelo autor:

Com o passar do tempo, as necessidades das pessoas também mudam, e o que é importante numa determinada época pode não ser em outra. Você já percebeu (seja no lugar onde você vive, ou em fotografias, cartões-postais, revistas ou até televisão) que nas grandes cidades (e não só no Brasil) o uso de automóveis é cada vez mais comum? E que essa mudança de hábito provocou, ao longo do tempo, mudanças na paisagem, como a construção de estradas, pontes viadutos, estacionamentos, e criou novas necessidades de consumo, como prédios e casas com garagem? E no futuro? Que outras necessidades serão criadas? (p.13)

Posteriormente, Garcia trata a questão do espaço geográfico, pois segundo ele a paisagem somada às relações orgânicas gera o espaço geográfico, que para ele é:

Aquilo que podemos ver – que é a paisagem – somada às coisas que não conseguimos ver diretamente, mas que dão vida ao que vemos é o espaço geográfico. A paisagem nos ajuda a conhecer uma parte do espaço geográfico. Ele é aquilo que existe e podemos tocar com as mãos e também aquilo que existe, mas que nem sempre podemos ver, como por exemplo, as pessoas utilizando e agindo no meio, ou seja, o que está à sua volta. (p.16)

Ainda, sobre a diferenciação de espaço geográfico e paisagem, segundo o autor:

O espaço geográfico é a realidade que nos cerca, as coisas que são visíveis e as que não são, como as relações entre as pessoas, seja no trabalho, na escola, na rua e etc. O espaço geográfico compreende todas as paisagens, nos mais diferentes países, e a ação das pessoas, dos governos e das empresas sobre elas. (p.17)

Nesse sentido, o autor quer chamar a atenção para a diferença entre paisagem e espaço geográfico dando um caráter mais visível para a paisagem e um caráter mais complexo ao espaço, totalizando o mesmo e suas partes como as variadas paisagens do globo, que existem e coexistem em todos os lugares e momentos. Essa complexidade que o autor menciona, está presente na forma com que as relações humanas aparecem na paisagem, pois a paisagem é tudo o que se pode, ver inclusive as formas vivas e perceptíveis, porém as relações do dia-a-dia (conversa, relações de trabalho, amizade, pensamentos, etc) estão em um estágio muito mais complexo, e dessa maneira, passa a ser espaço geográfico (somatório das paisagens e das relações sociais que [re]produzem a mesma).

4.1.3 – LIVRO: Trilhas da geografia: a geografia no dia-a-dia.

AUTORES: João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene

No primeiro capítulo deste livro denominado “Desvendando o espaço geográfico” os autores usam um termo muito interessante para designar o estudo da paisagem. Levando à uma análise e construção do conceito perante as discussões levantadas.

Esses autores, assim como os do primeiro livro analisado, dividem o conceito de paisagem em paisagem natural (formas naturais) e paisagem humanizada (formas construídas) que se juntam e se inter-relacionam formando a paisagem. Segundo o autor: “*Todas essas formas que você vê, as construídas e as naturais, compõem o que em Geografia chamamos de paisagem. Como você deve ter percebido as paisagens não são feitas apenas de belas imagens*”. (p.11)

No entanto, os autores colocam que a representação da paisagem não é apenas feita de uma forma, tudo o que podemos observar pode ser considerado uma forma da paisagem. Isso pode acontecer através da observação na TV, fotos, vídeos, pinturas (...). Mas apesar disso uma mesma área pode possuir várias paisagens durante um ano, estações do não, até num mesmo dia, horas, minutos etc. Para apresentar essa idéia, os autores trabalham com fotos/figuras de um determinado local em épocas do ano diferentes, gerando também diferentes paisagens.

(...) por exemplo, uma paisagem pode ser reproduzida em um dia chuvoso ou ensolarado, em uma das quatro estações do ano, em um dia de muito ou pouco movimento. Além disso, dois observadores podem representar a mesma paisagem de modos totalmente diferentes, porque cada um tem seu ponto de vista, destacando uns aspectos e não outros. (p.15)

Em um outro momento do livro os autores tratam das paisagens naturais e humanizadas. Para fazer uma análise e discutir com os alunos eles apontam Milton Santos e sua concepção de paisagem para fazer essa diferenciação entre as duas. Para eles a paisagem natural é aquela onde não existem as formas construídas pelos Homens e a paisagem humanizada é aquelas onde as formas construídas pelo homem são somadas às anteriores. Por isso, os autores chamam a atenção para o trabalho humano impregnando suas ações nas paisagens, fazendo com que cada vez mais desapareçam as paisagens naturais (intocada pelo Homem).

Muitas vezes, pensamos que uma paisagem é natural quando, na verdade estamos diante de uma paisagem humanizada (...) Quando vemos uma plantação de eucaliptos como essa, ou de pinheiros (referente a uma foto no texto didático referente à uma fazenda silvícola, com plantio de eucaliptos), podemos pensar que se

trata de uma paisagem natural, mas na realidade é uma paisagem humanizada. Frequentemente, essas árvores são plantadas a fim de se utilizar a madeira como matéria-prima para a produção de papel, entre outras finalidades. É o que chamamos de silvicultura. A vegetação original que surgiu dos processos naturais foi cortada e substituída por outra, para ser aproveitada com algum fim econômico. Isso é resultado da transformação provocada pelo ser humano sobre a paisagem natural.
(p.23)

Para finalizar essa exposição os autores afirmam/colocam que apesar das paisagens hoje em dia serem quase que todas humanizadas, ou seja, que já sofreram alterações pelas relações sociais que a sociedade promove, tudo se originou de uma base, a paisagem natural, e, contudo, serviu como estrutura para que se construísse o mundo em que vivemos hoje. Assim, trabalham também com a idéia da transtemporalidade e para isso usam de fotos de uma determinada área em épocas diferentes da história, demonstrando as modificações ocorridas.

4.2 – Conceito de paisagem, noções comparativas e análise dos dados.

Nesse momento, iremos fazer uma análise comparativa entre os textos didáticos selecionados e autores que tratam do conceito de paisagem dentro da ciência geográfica.

Os autores escolhidos foram Milton Santos (1996) que trata em seus livros “A Natureza do Espaço” e principalmente em “Metamorfoses do Espaço Habitado” da questão de distinção entre o conceito de paisagem e espaço geográfico. Para esse autor, a paisagem é tratada como a materialização do espaço geográfico que podemos abarcar com a nossa visão. Outro autor selecionado foi Carl O. Sauer (1925) que pode

ser considerado um dos pais da Geografia Cultural da Escola Norte-Americana de Berkeley. Este autor publicou um dos artigos mais famosos da historiografia, “A Morfologia da Paisagem”, onde expressa suas idéias sobre a Geografia Cultural. Ele acredita que a paisagem cultural é o resultado das ações humanas (culturais) na paisagem natural, a partir disso a paisagem transformada encontra-se cheia de signos e representações humanas. O último autor selecionado foi Olivier Dollfus (1973), da Escola Francesa de Sourbone que caracteriza a paisagem geográfica como uma área composta da inter-relação entre os elementos geográficos (naturais e vivos). Esse autor se preocupa muito em sua pesquisa na descrição, diferenciação e localização de áreas através do estudo das representações humanas. Sua obra mais importante possui o título: A Análise Geográfica.

O primeiro livro “Construindo o espaço: construindo o espaço humano”, e seus respectivos textos didáticos têm de início referência à paisagem como tudo que podemos ver. Milton Santos é o autor que mais reflete sobre essa discussão. Para Santos (2003), “a rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (...)”. Porém, Santos deixa claro em seu trabalho que apesar da paisagem ser a representação visual do espaço geográfico, ela não pode ser considerada estática, pois esta paisagem sofre a cada minuto transformações, gerando por sobre ela uma nova paisagem, somada às características existentes no minuto anterior. Santos, também chama essa característica de transtemporalidade, em que para a formação de uma nova paisagem unem-se objetos passados e presentes.

Uma característica incomum entre os textos didáticos foi à preocupação dos autores em definir o conceito de paisagem como o resultado das ações humanas por sobre uma matriz natural pré-existente. Para isso, Sauer (1998) faz uma discussão fabulosa. Segundo esse autor, a paisagem natural representa uma base de possível transformação cultural, onde a prática das ações humanizadoras (cultura), levando em conta a variável tempo (um dia, uma hora, um ano, um século), vai gerar a paisagem cultural, coberta de signos e representações humanas. O que vale ressaltar é que a paisagem natural foi transformada em paisagem cultural. Segundo Sauer, as

características naturais não deixaram de existir totalmente, e as características culturais não “tomaram” o seu lugar, assim, elas passam a coexistir num mesmo plano, existindo elementos do passado e do presente.

Quando o autor do segundo texto didático analisado: “Geografia: Espaço geográfico e fenômenos naturais” remonta a discussão de que a paisagem possui também forma orgânica, entra em questão o que Dollfus (1973) trata em seu livro “A Análise Geográfica”. Para Dollfus a inter-relação entre os elementos geográficos se dá pelo fato de coexistirem elementos abióticos (solos, rios, montanhas, etc.) e bióticos (animais, Homens, etc).

No primeiro livro analisado: “Construindo o espaço: construindo o espaço humano”, o autor também trata a divisão da paisagem em natural e cultural. A paisagem que sofre as ações humanas para este autor é aquela mesma definida por Sauer (1998), como Paisagem Cultural, e aquela que serve como base/fornecedora de materiais para a construção das marcas sociais e signos é denominada de paisagem natural.

No terceiro texto didático: “Trilhas da geografia: a geografia no dia-a-dia”, também é feita esta divisão da paisagem em natural e humanizada, pois os autores se embasam principalmente em Santos, que não traz consigo a discussão da Geografia Cultural sobre a paisagem humana coberta de signos proferidos pela cultura de cada sociedade, enquanto transformadoras do espaço geográfico.

Ainda no terceiro texto didático, os autores trabalham principalmente com a idéia de Milton Santos e a bomba de Nêutrons, para diferenciar a concepção de espaço geográfico de paisagem. Os outros textos didáticos também trabalham com essa diferenciação, mais sem usar um exemplo tão explícito como fora neste texto.

Em todos os textos didáticos analisados a diferenciação do espaço geográfico e paisagem é praticamente igual. Eles se embasam na teoria de Santos (2003), segundo a qual o espaço geográfico é a forma de representação visível da

materialidade do espaço geográfico que só é analisado no presente, incluindo as relações humanas visíveis e não visíveis, enquanto a paisagem possui características tanto do passado quanto do presente.

Foi possível avaliar positivamente a articulação feita entre o conceito de paisagem, livros/textos didáticos e sua abordagem dentro destes textos didáticos. A conclusão, que na verdade não existe neste trabalho, tem em si um caráter construtivo e subsidiário para com a discussão entre o que é ou não considerado paisagem dentro dos livros didáticos.

A busca da compreensão de como o conceito de paisagem é abordado pelos autores de textos didáticos é algo ainda em construção, mas pudemos perceber que algumas analogias foram modificadas e algumas necessidades foram incorporadas ao exercício de construção deste presente trabalho. A abordagem deste conceito passa principalmente, em todos os textos didáticos, pelo processo de definição e diferenciação deste levando em consideração o conceito de espaço geográfico, que permeia a discussão teórica a fim de sabermos o que é entendido ou não sobre o conceito de paisagem.

Outra questão é a diferenciação da formação e prática docente dos profissionais selecionados e seus respectivos livros didáticos. Neste caso conseguimos perceber uma breve diferenciação entre eles, principalmente na maneira de questionar o conceito. Garcia questiona através de uma maneira mais economicista, dando ênfase às necessidades humanas na (re)produção da paisagem. Além disso, ele não faz a definição entre paisagem natural e paisagem cultural/humanizada. Ele se preocupa mais em discutir as acumulações humanas sobre a paisagem exaltando as paisagens urbanas (construções, reformulações e usos diferentes de construções, ruas, etc.).

Podemos perceber também que os autores geógrafos buscam um subsídio maior em Santos, para caracterizar e definir a paisagem, principalmente no que se refere à transtemporalidade e à maneira de tratar a paisagem dividida em formas

naturais e formas humanizadas, o que segundo eles geram a “paisagem geográfica”. Principalmente o livro de Moreira & Sene, onde até os exemplos para definir paisagem vêm da crítica que Santos promove com os conceitos geográficos descritivos do passado.

O caráter descritivo, apontado por autores como Dolfuss (1973), não foi muito visto nesses textos didáticos. Porém, no momento em que estes autores tratam das paisagens terrestres, o que existe, em todos os casos uma evidência das paisagens naturais relacionadas a belezas da Terra. Podemos ver que desde os primórdios das representações da paisagem os pintores, por exemplo, retratavam-na de maneira ideologizada, apresentando somente o que havia de “bom” para com a sociedade vigente, fato que acontece ainda nos livros didáticos. Este erro na abordagem foi plenamente discutido por Faria (1981) apud Freitag (1997), quando ela trata das representações da classe dominante nos livros didáticos. Assim, esse fato corrobora com a disseminação de paisagens, onde somente a classe dominante pode ter acesso (parques, cidades fora do país, mansões e etc). Diante disso, dificilmente se vê uma paisagem marginalizada sendo abordada em livros didáticos.

Uma outra observação é a forma com que Moreira & Sene tratam as relações do homem com a natureza. Ele apresenta essa discussão colocando o Homem como parte da natureza. Através disso ele mostra como a natureza (paisagem cultural) foi modificada pelo homem, enquanto parte dela, pois fazemos parte de um mesmo mundo, um mesmo ecossistema.

Moreira e Auricchio, também demonstram de maneira clara e, porém um pouco menos objetiva, as formas da paisagem terrestre. Seu conteúdo é mais denso e muito rico em informações. Estes autores também não se esquecem de tratar da relação de aproveitamento do homem destas paisagens naturais.

Nesse sentido as diferenças entre as abordagens do conceito de geografia centram-se nos autores pelos quais os próprios textos didáticos se embasam. Milton Santos, sem sombra de dúvidas é o maior subsidiário deste conceito, principalmente

no momento de contraposição da paisagem e espaço geográfico retratado em seu livro “A natureza do espaço”. A Geografia Cultural também está presente, mas de maneira mais restrita. Os textos ainda não tratam a paisagem humanizada como aquela dotada de signos e representações humanas. Somente Moreira & Auricchio denominam a paisagem humanizada de paisagem cultural no corpo do texto.

Contudo, esses textos didáticos analisados formam uma exemplificação de como o conceito de paisagem vem sendo tratado, embora só tenhamos realizado a análise em três livros diferentes. Esses autores demonstraram suas respectivas abordagens de maneira acessível, porém, ainda muito arraigada ao tradicionalismo da classe dominante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia “contou com o auxílio didático de dois autores muito utilizados nas escolas públicas brasileiras (Auricchio & Moreira; Moreira & Sene)” (Inep:2002 In: Maia) e outro menos utilizado (Garcia). Esses textos didáticos subsidiaram essa pesquisa de maneira muito incisiva. A construção deste trabalho se deu principalmente de maneira reflexiva e voltada para a análise e leitura de bibliografia referida na metodologia.

Os resultados obtidos são importantes para, principalmente, os novos trabalhos que virão em busca de respostas sobre o conceito de paisagem dentro de textos didáticos. As diferenças encontradas entre os textos didáticos são, na verdade, importantes elos de ligação entre a teoria e prática do ensino de geografia, levando em relação o livro didático como fonte única de “saber” de muitos professores despreparados do Ensino Fundamental e Médio no Brasil.

Os objetivos desse trabalho foram alcançados na maioria dos casos; demonstrando, identificando, comparando teoria e textos didáticos. A discussão e os embates teóricos aparecem como forma de entender de uma maneira histórica a formulação deste conceito que já foi o cerne da ciência geográfica. As identificações da apresentação das ideologias que os livros didáticos apresentam também contribuíram para entender, ou melhor, analisar a hegemonia da classe dominante. A forma como foi apresentado este conceito e a comparação entre outros autores, como Sauer, Santos e Dolfuss, serviu de base para entendimento de como esse conceito está sendo apresentado às crianças da 5ª série do Ensino Fundamental no ano de 2007. Em quais teorias eles estão se embasando, em quais autores estão suas premissas. E também se a Geografia teórico-quantitativa, descritiva, etc, ainda assombram os textos didáticos e as salas de aula.

Neste sentido, se a paisagem, como conceito importante da geografia, podemos, segundo Oliveira, virar a mesma do avesso. A paisagem é símbolo constante da ideologia e se está presente no livro didático como está é porque esta discussão tem muito por se enriquecer e demorou muito até chegar aqui.

Para a realização desse trabalho algumas limitações aconteceram. Primeiramente, e a mais importante foi a falta de tempo. Esse respectivo trabalho contou com uma revisão de literatura muito densa e, contudo demorada, também limitando outras etapas que substancialmente poderíamos ter feito. No mais, algumas outras dificuldades, ligeiramente foram superadas e enfim pudemos concluir esse trabalho com esmero, embora não tenha chegado ao seu fim real, pois as discussões sobre conceitos geográficos e livros didáticos não estão no fim.

Os maiores legados desse presente trabalho foram as discussões e aperfeiçoamentos das minhas concepções metodológicas. Pudemos ver também, que os conceitos geográficos são às vezes mal apresentados, causando confusão aos discentes e até docentes. Outra contribuição foi a análise dos respectivos livros didáticos e a discussão das premissas provindas da classe dominante contidas neles. Isso pode mostrar, a nós professores, como podemos trabalhar com textos didáticos “não adequados” para todas as classes. A crítica constitui a alma da prática de ensino em geografia e em qualquer outra disciplina.

BIBLIOGRAFIA

AZANHA, J. M. P (s/d). **Parâmetros Curriculares Nacionais e autonomia da escola**. Conselho Estadual de Educação de São Paulo, mimeo.

AURICCHIO, E. & MOREIRA, I. **Construindo o espaço: construindo o espaço humano**. 3ª edição. São Paulo:Ática, 2007, v.5, 216p.

BARROS, Adil de Jesus Paes de & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Pesquisa Científica, In: BARROS, Adil de Jesus Paes de & LEHFELD. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 14ª edição. Petrópolis:Vozes, 2003, p.29-35.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (ORGS). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro:Eduerj, 1998.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global. Esboço Metodológico**. Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: < calvados.e3sl.ufbr.Br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3389/2718> Acesso em: 05 de Out, 2007.

BEZZI, M.L. & PICCIN, E. **A Análise e compreensão do conceito de paisagem em livros didáticos de geografia do Ensino Médio**. Disponível em: < www.coperves.ufsm.br/prograd/downloads/File/Artigo%20-%20Eunice%20Piccin.pdf>. Acesso em: 19 de set, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª à 8ª séries** - Brasília, DF: 1998. 156 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia de Livros Didáticos – PNLD – 5ª à 8ª séries. Brasília, DF: 2007. 110p.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro:eduerj, 2004, p.13-74.

CORRÊA, R.L. As correntes do pensamento geográfico. In: CORRÊA, R. L **Região e Organização Espacial**. 4ª edição. São Paulo:Ática, 1991, p. 5-21.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a Escola de Berkeley – uma apreciação. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Matrizes da geografia Cultural**. Rio de Janeiro:Eduerj, 2002, p.9-34.

CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (ORGS). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro:Eduerj, 1998.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (ORGS). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro:Eduerj, 1998.

CURY, C. R. J. Os Parâmetros Curriculares e o Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação**. Brasília, DF, n.2, 1996.

DOLFUSS, O. A descrição e a localização. In: **A análise geográfica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p.13-31.

DOLFUSS, O. O Homem e o Meio. In: **O Espaço Geográfico**. São Paulo: Difel, 2ª edição 1975, p.42-55.

FREITAG, B; COSTA, W. & MOTTA, V.R. **O livro didático em questão**. São Paulo:Cortez, 1997, 159p.

GARCIA, H.C. **Geografia: Espaço geográfico e fenômenos naturais**. 2ª edição. São Paulo:Scipione, v.5, 2007, 192p.

GOMES, P. C. C; CASTRO, I. E. & CORRÊA, R.L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8ª edição. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2006, 352p.

GRÖNING, G. **A questionabilidade do conceito de Paisagem**, Curitiba, 2004, disponível em<calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3379/2708> Acesso em: 05 de Out, 2007.

GOMES, P.C.C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1996.

HOLZER, W. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro:Eduerj, 2002, p. 103-122.

MAXIMIANO, L.A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**, Curitiba, 2004, disponível em: <calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3353/2689> , Acesso em: 20 de set, 2007.

METZGER, J.P. **O que é Ecologia das paisagens?** Disponível em: <www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt> Acesso em: 29 de Set, 2007.

MORAES, A C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20ª edição. São Paulo:Annablume, 2005, 150p.

MOREIRA, J.C. & SENE, J.C. **Trilhas da Geografia: a geografia no dia-a-dia**. 3ª edição. São Paulo:Scipione, v.5, 2001, 168p.

MYANAKI, Jacqueline. **A paisagem no ensino de geografia: uma estratégia didática a partir da arte**. São Paulo:Universidade de São Paulo, 2003. 155 p. Dissertação de mestrado – Programa de Geografia Física, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, L.D. **O controverso conceito de paisagem: uma experiência teórico-metodológica no Ensino de Geografia**. Uberlândia, IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia, p. 1-15, jul. 2007.

PEREIRA, D. **Paisagens, Lugares e Espaços: a geografia no ensino básico**. São Paulo:agb, n. 79, jul. 2003.

RIBEIRO, M. W. **Os conteúdos ambientais em livros didáticos de Geografia do 1º e 2º ciclos no Ensino Fundamental**. 2006. 116p. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

ROSENDAHL, Z. As razões da relativa negligência. In: ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro:Eduerj, 2002, p.19-24.

SANTOS, M. Espaço geográfico, um híbrido. In: SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4ª edição. São Paulo:edusp, 2004, p.89-110.

SANTOS, M. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do espaço habitado**. 4ª edição. São Paulo:Hucitec, 1996, 61-74.

SAUER. C. A morfologia da Paisagem In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro:Eduerj, 1998.

SCHIER, R.A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**, Curitiba, 2003, disponível em calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3353/2689 Acesso em: 15 de set, 2007.

VESENTINI, J.W. A questão do livro didático no ensino de geografia In: Vessentini, J.W. *et al.* **Geografia e ensino: textos críticos**. 7ª edição. Campinas: Papirus, 2003. p. 161-179.

ANEXOS

Capa dos livros didáticos analisados:



